

RADIS



ENSP



FIOCRUZ



AVISO PRÉVIO

Reforma trabalhista, terceirização e precarização anunciam possível fim dos direitos do trabalhador brasileiro



Profissões do SUS

Educação

Centrais no acolhimento de subjetividades, psicólogos ganham espaço na rede

Mudanças no ensino médio podem acentuar desigualdades

40 ANOS DE LUTA PELA SAÚDE

Cebes resgata memória desde a criação para se atualizar na defesa dos direitos sociais

Liseane Morosini


O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), uma das referências na área de saúde pública no país, fez 40 anos em 2016 e, para celebrar a data, realizou uma série de entrevistas com parceiros, amigos, acadêmicos, intelectuais, parlamentares, militantes e lideranças de movimentos sociais para falar de suas experiências e relatar a luta pela reforma sanitária. As gravações em vídeo podem ser vistas no site <http://40anos.cebes.org.br/> e, agora, estão reunidas em livro. Previsto para ser lançado, no início de maio, no 3º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), *Cebes 40 Anos: memória do futuro* tece uma linha até os dias atuais.

Organizado por Ana Tereza da Silva Pereira Camargo, Ana Maria Costa, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e Daniela Carvalho Sophia, a publicação é um passeio que, página após página, revela a história da entidade. Os entrevistados tratam do papel da revista *Saúde e Debate*, dos posicionamentos políticos assumidos em favor dos direitos, da luta travada pelos núcleos locais Brasil afora e da atualidade da questão democrática da saúde em um momento de “danação dos direitos sociais e a saúde”. E são vozes de quem viveu a construção da entidade que contam essa trajetória. “As histórias orais, nos depoimentos antigos e atuais, passando por personagens que não se encontram mais presentes entre nós, nos emocionaram, e nos transportaram para uma viagem ao passado, onde nos foi possível aprender com eles”, relatam as organizadoras.

Cornelis Johannes van Stralen, presidente da entidade, diz que o objetivo foi “olhar para trás a fim de caminhar de forma mais segura para a frente”. Ao apresentar o livro, ele avalia que a narrativa privilegia o atual momento de negação à saúde. A primeira parte, *Anos de Viagem: Cebes 40 anos*, é um memorial que

traz a voz de todos os ex-presidentes da entidade. “Aqui podemos ver o quanto o Cebes é ressignificado em cada momento, como em sua refundação [2005]”. A segunda parte trata da revista *Saúde em Debate*, considerada como o “principal instrumental do Cebes”, e seu posicionamento como centro de estudos. “Durante quatro décadas a publicação se afirmou como um veículo de comunicação científica e política para o campo da saúde coletiva”, resume Cornelis.

Na terceira parte, são republicados documentos e teses que fazem referência à tomada de posição da entidade durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nos 30 anos da entidade [2006]. De acordo com o presidente, mesmo ali “o Cebes não perdeu sua postura crítica e manteve sua autonomia perante o governo, apontando sempre que a reforma sanitária não se reduz a uma reorganização dos serviços de saúde, mas implica uma transformação social e cultural”. Por fim, a quarta parte atualiza a questão democrática da saúde por meio de entrevistas com sanitaristas ligados à entidade e inclui uma fala de Elida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, uma defensora de que o financiamento dos direitos fundamentais é dever constitucional do Estado.

Segundo Cornelis, para a entidade, o conteúdo revelado pelo livro remete a uma questão central e volta-se ao papel que deve desempenhar na atualidade. “Não há dúvida de que agora são colocadas novas demandas para o Cebes e outras entidades do Movimento Sanitário. É dito que os movimentos sociais perderam os contatos mais orgânicos com as suas bases”. Para ele, frequentemente é enfatizado que esse caminho precisa ser retomado. Cornelis argumenta no texto que essa posição exige mais do que boa vontade. “É preciso ter formação e dispor de instrumentos pedagógicos. Aqui podemos visualizar a importância dos núcleos, e também para o Cebes há momentos em que os contatos com suas bases não foram suficientemente valorizados”, assume. 

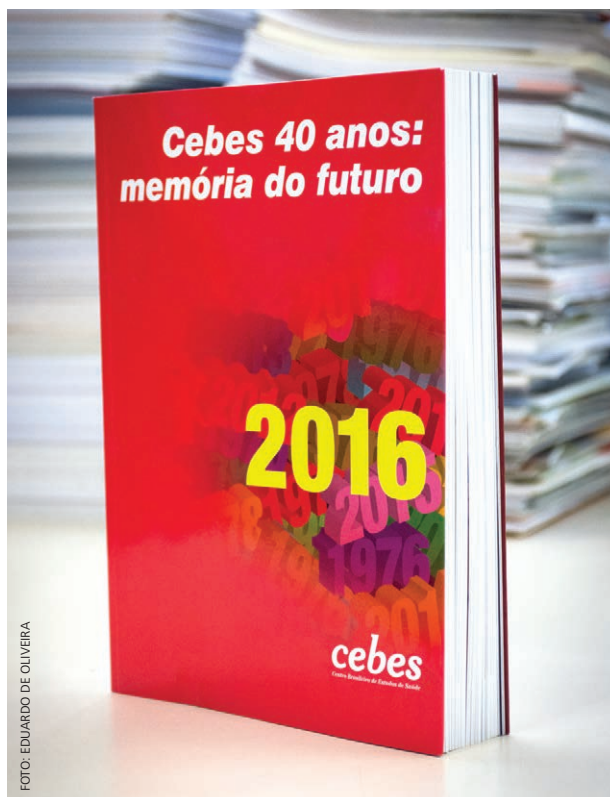


FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

O começo do fim

O trabalho e o ambiente e as condições em que é realizado, o emprego, o salário e os direitos dos trabalhadores são questões essenciais de saúde pública, na medida em que interferem diretamente no processo de determinação social da saúde e do adoecimento humano. Por isto, a aprovação da reforma trabalhista do governo Temer por uma insensível maioria de 296 dos 473 presentes à sessão plenária da Câmara dos Deputados, às 22h29 da noite do dia 26 de abril de 2017, representa uma catástrofe sanitária.

Ao atribuir força de lei a acordos coletivos e até individuais em que o trabalhador abra mão de seus direitos, mesmo que em desvantagem de poder nestas negociações, dentre inúmeras outras medidas que visam privilegiar somente o interesse do empregador, a reforma deverá elevar o risco, deteriorar e precarizar o trabalho no país, atingindo em cheio a dignidade e a saúde dos homens e mulheres que trabalham e de todos os que deles dependem.

Retocedemos a antes dos anos 1930, retrocedemos aos séculos da escravidão, alertam o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), sindicalistas e pesquisadores ouvidos em nossa matéria de capa, que aborda, em 11 páginas, as consequências das mudanças contidas no texto aprovado na Câmara, na regulamentação das terceirizações e na redução da definição legal do trabalho escravo.

Entre as alterações criticadas estão a diminuição da competência dos sindicatos, inclusive na proteção dos trabalhadores em casos de homologação de rescisões contratuais; a permissão de acordos individuais para a definição de bancos de horas e jornadas de trabalho, mesmo que exaustivas; a possibilidade de impedimento ao acesso à Justiça na forma de acordos extrajudiciais irrevogáveis e arbitragem das relações de trabalho sem a participação da Justiça do Trabalho. A criação do trabalho intermitente, com recebimento apenas por horas ou dias, legaliza para as empresas contratar o “bico” sem a perspectiva de qualquer direito trabalhista, dizem os entrevistados. Cai a proteção atual ao trabalho de 30 horas semanais, como em telemarketing e outros, e se amplia o trabalho parcial e a adoção do teletrabalho, sem previsão de horas extras e outros direitos.

As alterações são tão desfavoráveis aos trabalhadores que os que as propagandavam nem as enunciam de forma diferente, apenas insistem que vai ser melhor assim.

Um exemplo vital para a saúde das mulheres e das crianças é o das gestantes e das que amamentam, que hoje são protegidas por lei de trabalhar em qualquer atividade insalubre. Exultante com a vitória do governo, um grande jornal comercial limitava-se a informar, no dia seguinte, que agora gestantes estão protegidas apenas no caso de insalubridade de grau máximo e só enquanto durar a gestação e que, para atividades de grau médio ou mínimo de insalubridade, “a gestante deverá ser afastada quando apresentar um atestado de saúde emitido por um médico de confiança”.

Segundo o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstram que a diminuição da proteção dos trabalhadores em 63 países, nos últimos 20 anos, não gerou empregos, nem reduziu a taxa de desemprego. Em sua opinião, a flexibilização da legislação trabalhista implementada na Espanha em 2012, citada por defensores da reforma como exemplo a ser seguido, reduziu drasticamente os contratos indeterminados e as vagas de tempo integral e elevou o número de contratos em tempo parcial: “trouxe maior precariedade, piores jornadas, trabalhos menos qualificados e salários mais baixos”.

Esta mudança radical na regulação das relações de trabalho, feita à revelia da sociedade, por não ter sido submetida a ela como proposta em processo eleitoral democrático, representa a demolição das leis de proteção ao trabalho, que resultaram de lutas históricas dos trabalhadores de todo o mundo. No Brasil, além de conquistas políticas e sindicais, a legislação que começa a ruir refletia uma evolução, a ser aperfeiçoada, no processo civilizatório de costumes, cultura, relações sociais e do Estado com a sociedade e de valorização e proteção da vida humana.

Não há qualquer aspecto bom nestas notícias. Da Câmara, o projeto de lei que sustenta a reforma trabalhista vai para o Senado Federal. O tamanho da resistência a este desmonte e o quanto será levada em conta, não se sabe. Sindicatos, entidades e movimentos da sociedade civil convocaram uma greve geral para 28 de abril, dia seguinte ao fechamento desta edição. É a história em curso, que um dia será a história do passado. Quem defende a saúde da população espera que não seja o começo do fim de um país mais civilizado que se poderia deixar para as próximas gerações.

Rogério Lannes Rocha

Editor chefe e coordenador do Programa Radis

Expressões e Experiências

• 40 anos de luta pela saúde 2

Editorial

• O começo do fim 3

Voz do leitor

4

Súmula

5

Toques da Redação

9



Capa | Trabalho

• 1º de maio 10
• Reforma é “desgraça” 13
• O que muda 16
• Terceirização é precarização 17
• Passo para trás 19

Produção científica

• Sob o signo da métrica 21
• Marcha à frente 24

Profissões do SUS

• Escuta qualificada 26

Educação

• Precarização à vista 29
• Base curricular sem legitimidade 31



Demarcação indígena

• O martírio dos Guarani-kaiowá 32

Serviço

34

Pós-Tudo

• Política de ciência e tecnologia? 35

Capa: O fotógrafo Assis Horta registrou as primeiras fotos 3x4 para a Carteira de Trabalho, nos anos 40: conquista ameaçada

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Papo de cobaia

O editorial “Papo de cobaia” (*Radis* 174) trouxe basicamente todo conteúdo da revista de uma forma lúdica e sintética. Achei super criativo, parabéns!

• Ana Beatriz Argolo Cavalcante Lima, Gandu, BA

A dorei o gênero textual do editorial (*Radis* 174), escrito na forma de crônica. É mesmo de se encantar e de sentir atraído para ler toda a publicação: foi o que eu fiz! E assim, parabenezo novamente a equipe pelas brilhantes e relevantes discussões. A entrevista com Wânia Pasinato foi

sensacional, muito importante para enxergarmos o ódio que se instala mansamente no país; e como não louvar a discussão do uso de cobaia na pesquisa científica? E sobre a febre amarela, além do esquecimento das mulheres com zika? Felicidades à revista *Radis*, e a nós leitores pela oportunidade do conhecimento!

• Justino Cosme Pereira dos Santos, Santa Maria da Vitória, BA

R: Ana Beatriz e Justino, muito obrigado pelos elogios! Para nós é um privilégio contar com a leitura de vocês!



Femicídio

Análise superficial e vitimista de Elisa Batalha em “O nome correto é feminicídio” (*Radis* 173) não condiz com a profundidade das matérias que essa revista usualmente publica. A autora, ao abordar um complexo caso de crime passionais, menosprezou a questão da alienação parental, utilizando a expressão entre aspas e depois afirmando que “os homens se tornam mais inseguros quanto ao papel de provedor”. Um dos fundamentos acerca de alienação parental é justamente o de reduzir o papel masculino ao de mero provedor. A situação consta do arcabouço legal e apresenta impactos na saúde pública! Embora a autora comemore que a mídia discuta a importantíssima Lei Maria da Penha, ela parece desconhecer que uma parcela significativa de “casos” investigados sob essa Lei são mera forma de alienação parental, temática que deve ser abordada em edições futuras.

• Dario Palhares, Brasília, DF

R: Dario, agradecemos suas observações. O objetivo da matéria era problematizar o aumento deste tipo de crime que vitima milhares de mulheres no Brasil — Segundo a ONU, a taxa de feminicídio no país é a quinta maior no mundo (veja em <https://goo.gl/iqqgFF>). O documento Mapa da Violência Contra a Mulher mostra que 13 mulheres são assassinadas por

dia no país (<https://goo.gl/KbyXVp>). Em breve, trataremos da alienação parental, que concordamos, traz impactos à saúde.

Técnicos em radiologia

O serviço prestado pelos técnicos em radiologia é indispensável para o desenvolvimento do país. Sem eles, não existe saúde pública. Desde a sua regulamentação (Lei 7.394/85), há 31 anos, *Radis* ainda não fez uma reportagem sobre esta classe de profissionais da saúde. Todos ficaríamos gratos e homenageados com um olhar voltado para esta categoria!

• Wanderson Ferreira de Souza, Botucatu, SP

R: Wanderson, estamos atentos para os diversos perfis profissionais necessários para que o SUS cumpra seu papel, e os técnicos de radiologia estão incluídos neste grupo! A partir desta edição, abordaremos cada uma destas profissões. Aguarde em breve uma matéria sobre esta categoria! Obrigado pela leitura e sugestão!

Escondendo o SUS

No texto intitulado “Novas políticas para mulheres garantem parto humanizado e acesso ao DIU”, publicado pelo Portal Brasil (<https://goo.gl/sdPues>) não se faz nenhuma referência ao SUS. É “caso

pensado” por quem quer enfraquecer o SUS como programa governamental, para depois ir privatizando todo o atendimento público à saúde.

• Hilton de Abreu Marinho, Santo Antônio de Pádua, PE

R: Hilton, estamos de olho nas iniciativas e estratégias que possam garantir uma maior visibilidade para o SUS. Sugerimos a leitura da edição 104 (à disposição em nosso site), quando tratamos exatamente deste assunto.

Reforma educacional

Gostaria de sugerir uma matéria sobre a nova reforma educacional, que pode prejudicar as instituições de ensino em saúde, e futuramente a área propriamente dita.

• Marcos Wanderlei dos Santos, João Pessoa, PB

R: Marcos, nesta edição tratamos do tema na página 29!

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta ou e-mail) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Nísia Trindade Lima**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis

Rogério Lannes Rocha
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),
Elisa Batalha, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Sandra Benigno** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**
Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Estágio Supervisionado **Ludmila Moura da Silva** (Jornalismo) e **Alexandra Santos Sabino** (Administração)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro) Periodicidade mensal | Tiragem 102.700 exemplares | Impressão **Rotaplan**

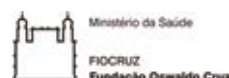
Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria

 www.ensp.fiocruz.br/radis

 [/RadisComunicacaoeSaude](https://twitter.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



Suicídio ganhou destaque na mídia, depois que série americana "13 Reasons Why" detalhou plano de morte da personagem principal

Jogo e série geram debate sobre suicídio

Recente aumento nos casos de suicídio chamou a atenção dos serviços de saúde e segurança pública brasileiros para um jogo de desafio vindo da Rússia chamado Baleia Azul ("Blue whale", no original). No Rio de Janeiro, um inquérito foi instaurado para investigar os responsáveis pelo aliciamento de adolescentes e jovens para participar da "brincadeira". Em entrevista ao *Estado de S. Paulo* (18/4), a delegada Fernanda Fernandes, responsável pela investigação, explicou que o jogo consiste de 50 desafios, enviados aos participantes por "mentores" que, por meio de pressão psicológica e ameaças via Whatsapp e Facebook, os incentivam a cometer atos de automutilação e atentar contra a própria vida.

Investigações semelhantes estão em curso em mais de nove estados, como noticiou o portal Uol (22/4), esclarecendo que policiais e especialistas em crimes cibernéticos garantem que as chantagens praticadas pelos supostos "administradores" são recursos de persuasão e intimidação que não se concretizam. Segundo o portal, as ameaças — que incluem agressões físicas a parentes, como pai e mãe — têm sido apontadas pela polícia como uma das razões para que jovens prossigam no jogo mesmo à revelia. Os especialistas, no entanto, recomendam cautela no compartilhamento de notícias

relacionando casos de morte e/ou suicídio ao jogo, evitando o risco de disseminar boatos e pânico.

De todo modo, a polícia carioca investiga a ligação do jogo com a morte de uma mulher de 25 anos. Segundo matéria publicada no *Extra* (24/4), uma testemunha relatou que a jovem teria ficado sentada no parapeito da janela antes de despencar. O jornal informou que uma das tarefas do desafio é ir para um telhado e sentar-se na borda com as pernas penduradas. Para o psicólogo André Assunção, a depressão, a busca por ajuda e aceitação social podem ser os principais fatores que fazem os jovens embarcarem no "jogo", já que, ao aceitarem o "desafio", têm a impressão de que são aceitos e incluídos em um grupo.

Para além de uma questão de segurança, o suicídio é uma questão importante de saúde pública. Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em dezembro de 2016, a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo. O estudo, que tem a intenção de chamar a atenção de governos para o assunto, registra que apenas 28 países têm planos estratégicos para a sua prevenção e classifica a questão como "um grande problema de saúde pública". O Brasil ocupa o 11º lugar no relatório da OMS, registrando uma morte por suicídio a cada 45 minutos

— o que significa que 25 brasileiros cometem suicídio a cada dia. A ONG Centro de Valorização da Vida (CVV) acrescenta um dado alarmante: o suicídio é identificado como a segunda maior causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos no país.

Desde março o suicídio vem tendo destaque na mídia, também por conta da repercussão alcançada pela série "13 Reasons Why" (em português, 13 razões porquês), exibida pelo serviço de streaming Netflix. Em poucas semanas de exibição o programa causou polêmica ao mostrar, de maneira detalhada, a morte da personagem principal. Críticos e psiquiatras debateram nas redes sociais se a forma como o suicídio foi exibido serviria como "gatilho" para quem sofre com algum tipo de desequilíbrio mental. "Não é uma opinião pessoal, e sim um fato: a veiculação ou divulgação de um suicídio pode inspirar pessoas que pensam no assunto", declarou ao *Globo* (11/4) Carmita Abdo, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Já a roteirista Renata Correa considera que o tema é um tabu e deve ser trazido à tona: "O silêncio e o mistério podem ser muito mais nocivos", disse ao mesmo jornal (18/4). A polêmica, no entanto, acendeu um alerta: segundo Carlos Correia, voluntário do CVV, o número de atendimentos diários registrados pelo serviço após a estreia da série aumentou de 50 para 300.

RADIS ADVERTE

SUICÍDIO NÃO É BRINCADEIRA!

Tristeza profunda e duradoura, falta de interesse e de planos para o futuro são um alerta. Não julgue, não culpe, não ofenda.

Ofereça ou procure ajuda em www.cvv.org.br e pelo telefone 141

O alto custo do zika

No pior dos cenários, o vírus zika pode custar aos cofres públicos de países da América Latina algo entre R\$ 22 bilhões e R\$ 56 bilhões (ou 7 a 18 bilhões de dólares), entre 2015 e 2017, segundo informações de um estudo lançado (6/4) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Federação Internacional da Cruz Vermelha. O relatório “Uma avaliação do impacto socioeconômico do vírus zika na América Latina e no Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso” reforça que a epidemia de zika afeta desproporcionalmente os países mais pobres da região, bem como os grupos mais vulneráveis de cada país. “Economias maiores, como o Brasil, devem ter a maior parcela do custo absoluto, mas os impactos mais severos serão sentidos em países mais pobres”, alerta.

As estimativas sugerem que a renda perdida devido a novas obrigações com cuidados infantis poderá atingir entre meio bilhão e US\$ 5 bilhões (aproximadamente de R\$ 1,5 a 15,5 bilhões) para a região. Jessica Faieta, subsecretaria geral da ONU e Diretora do Pnud para a América Latina e Caribe, afirmou que as consequências em longo prazo do zika vão além da pressão sobre os sistemas de saúde e de perdas tangíveis para o Produto Interno Bruto (PIB) em economias fortemente dependentes do turismo. Ela indicou que elas podem minar décadas de desenvolvimento social e árduas conquistas no campo da saúde, assim como desacelerar o avanço rumo aos Objetivos



de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo o relatório, Haiti e Belize podem perder em torno de 1,13% e 1,19% do PIB, respectivamente, por ano em um cenário de infecção elevada, diz o relatório. O Caribe é o mais afetado, com um impacto cinco vezes maior que o da América do Sul. Mais de 80% das perdas potenciais em três anos dessa região devem-se à redução das receitas do turismo internacional, com o potencial de atingir um total de 9 bilhões de dólares (aproximadamente R\$ 28 bilhões de reais) em três anos ou 0,06% do PIB anualmente. Ainda, para cada criança

com microcefalia nascida no Brasil, o custo previsto é de 890 mil dólares ao longo de sua vida, entre gastos médicos e apoio social e, no caso de pessoas afetadas pela Síndrome de Guillain-Barré, a conta chega a 222 mil dólares.

De acordo com as organizações, a saída é “alocar recursos para o engajamento da comunidade para a resposta ao zika, que pode levar a parcerias locais mais fortes, aumentar a resiliência, construir liderança e ajudar a reduzir o estigma”. O relatório está disponível em inglês, espanhol e português em www.undp.org/zika e www.ifrc.org.

Desigualdade é “escândalo”

Embora tenha avançado na redução da situação de pobreza, com mais de 72 milhões de pessoas saindo desse nível desde 2003, a América Latina e o Caribe continuam sendo as regiões com maior desigualdade social do mundo. Relatório da organização Christian Aid (22/3) revela que empregos, incrementos dos salários mínimos, medidas políticas para aumentar o gasto público (principalmente nos programas de transferência de renda) e melhores condições na educação primária foram importantes, mas não suficientes para alterar o quadro histórico de desigualdade. Considerando a desigualdade como um “escândalo”, o relatório salienta que o modelo de desenvolvimento adotado gerou uma série de novos problemas sociais e violações de direitos humanos, quadro que pode ser agravado devido ao “retrocesso nas tendências



progressistas observadas na região nos últimos anos”.

Ainda, o texto salienta que “as desigualdades se conectam e excluem as pessoas, impedindo um desenvolvimento sustentável”, e alerta que o aumento da desigualdade econômica também se reflete nos aspectos sociais na vida das mulheres, dos negros e negras, dos quilombolas e dos indígenas. Trazendo dados sobre a questão de gênero, ressalta a permanência estrutural da violência sofrida pelas mulheres. Na Bolívia, 50% das mulheres declararam experimentar violência física ou sexual por parte de seu companheiro sentimental. O relatório também traz dados acerca das desigualdades étnicas, na participação política, no âmbito fiscal, no mundo do trabalho, no acesso à energia e os impactos trazidos pelas mudanças.



ACAMPAMENTO TERRA LIVRE — Em meio a enorme ofensiva contra os direitos indígenas que vem ocorrendo no país, aconteceu em Brasília, entre 24 e 28 de abril, o 14º Acampamento Terra Livre (ATL). Com o lema “Unificar as lutas em defesa do Brasil indígena. Pela garantia dos direitos originários de nossos povos”, cerca de 3 mil indígenas reuniram-se em marchas, atos públicos, debates e atividades culturais. Houve também repressão da polícia que usou bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para conter o gigantesco cortejo em que os indígenas conduziram 200 caixões pela Esplanada dos Ministérios, representando líderes assassinados nos conflitos por terra. No protesto, havia crianças, mulheres e idosos. Na pauta dessa edição do ATL, entre outros temas, estavam a paralisação das demarcações indígenas, o enfraquecimento das instituições e políticas públicas indigenistas e as muitas propostas em tramitação no Congresso contra os direitos dos índios. “Está em nossas mãos evitar o retrocesso, a perda desses direitos que foram duramente conquistados”, disse Sonia Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Estudo analisa regulação de genéricos no Brasil

Mais de um quarto dos medicamentos vendidos no Brasil são genéricos, menos de 20 anos depois de o Brasil começar a produzir versões com os mesmos princípios ativos, nas mesmas doses e formas farmacêuticas dos de referência que tivessem a patente expirada. Artigo publicado no periódico acadêmico *Pan American Journal of Public Health*, que analisou o caso da regulação dos genéricos no país, destacou que diversos fatores e interesses, tanto do setor público como do privado, influenciaram o desenho e a implementação da regulação desses medicamentos. “A regulação é uma questão técnica e também política”, declarou Elize Fonseca, pesquisadora do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), autora do estudo com Ken Shadlen, da London School of Economics, à reportagem da agência de notícias Fapesp (19/4).

Os autores pretendem usar a metodologia desenvolvida para fazer uma comparação da regulação entre diferentes países da América Latina, e o exemplo brasileiro é fundamental para a

compreensão regional, de acordo com eles. O país é o maior mercado da América Latina no setor e, embora tenha testemunhado altos níveis de penetração desses medicamentos no mercado farmacêutico, o processo foi acompanhado por uma série de conflitos entre governo, farmacêuticas e consumidores. No Sistema Único de Saúde, os profissionais devem prescrever os medicamentos pela denominação genérica. Já nos serviços privados de saúde, a prescrição fica a critério do médico responsável, podendo ser realizada sob nome genérico ou de marca.

O objetivo é estudar caso a caso como funciona a regulação de genéricos no Chile, Colômbia, Argentina e México e entender as relações comerciais na região. “Existem diversas negociações e tentativas de padronizar a regulação de genéricos nos países da América Latina. Hoje, cada país tem um tipo de regulação diferente, o que acaba criando uma barreira comercial”, disse Elize Fonseca. Leia o artigo <https://goo.gl/Gvs9AR>.

Mariana: relatório aponta “ação criminosa”

“Estamos diante de uma ação criminosa de diretores e administradores de uma empresa que escolheu a ampliação dos lucros em detrimento da segurança de inúmeras pessoas, do meio ambiente e das leis brasileiras”, afirma em relatório a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dos Deputados sobre o rompimento da barragem de Fundão das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana, na Região Central de Minas Gerais. O documento, publicado em março, aponta ainda violações dos direitos das populações atingidas pelo rompimento da barragem: recusa de cadastramento de pessoas para recebimento de benefícios, impactos sobre a saúde das populações, discriminação contra a mulher, prejuízo no abastecimento de água potável, desemprego nas comunidades, indenização insuficiente e a construção do Dique S4, que deve cobrir quase todo o distrito de Bento Rodrigues, que foi completamente destruído. No documento, conforme noticiou o portal G1 (24/3), o deputado pede que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria para verificar a atividade reparatória da qualidade da água do Rio Doce.

A Comissão recomenda também que o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Comitê Interfederativo — órgão criado a partir

de acordo entre as empresas e os governos federal, do Espírito Santo e Minas Gerais — verifiquem as denúncias nos locais e tomem as providências necessárias para garantir os auxílios. O rompimento da Barragem de Fundão foi considerado o maior desastre socioambiental da história do Brasil e o maior incidente mundial com barragens.

Problemas de saúde decorrentes dos rejeitos expelidos com o rompimento da barragem e que podem ter relação com o consumo de água foram apontados também pelo relatório, conforme noticiou a página do Movimento dos Atingidos por Barragens (24/3). Em Governador Valadares, assim como em outros municípios, a captação de água continua sendo realizada do Rio Doce. Em laudo, a Central de Apoio Técnico do Ministério Público de Minas Gerais, que analisou a qualidade da água em julho de 2016, concluiu que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares não atende padrões de potabilidade da água distribuída no município, devido à presença de alumínio acima de níveis aceitáveis. Além disso, a Comissão critica a mineradora por ainda não ter construído a nova comunidade de Bento Rodrigues, o que priva os moradores de seus laços comunitários. O relatório na íntegra pode ser acessado em <http://bit.ly/2nZXrPN>.

Dois terços da população mundial vivem em áreas com escassez de água, como a comunidade de Conakry (Guiné)



FOTO: UNWATER / MARTINE PERRET

ONU defende avanço no tratamento de água residual

O cenário continua desolador: atualmente, dois terços da população mundial vivem em áreas com escassez de água durante ao menos um mês por ano e cerca de 500 milhões de pessoas moram em regiões onde o consumo de água excede em duas vezes os recursos hídricos renováveis localmente. Apesar disso, 80% da água residual do planeta (esgoto ou efluente industrial ou agrícola) — que poderia ser tratada e se tornar fonte importante de reabastecimento para irrigação, produção industrial, de energia ou mesmo para o consumo humano — é despejada sem tratamento. Os dados são do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, lançado (22/3) em Durban, África do Sul, que este ano tem como lema: “Águas residuais: o recurso inexplorado”.


Para Guy Ryder, presidente da ONU-Água e diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “as águas residuais são um recurso valioso em um mundo no qual a água é finita e a demanda é crescente”, ressaltou reportagem do jornal *O Globo* (22/3). O relatório afirma que as águas residuais, uma vez tratadas, poderiam ser fontes importantes para satisfazer a crescente demanda por água doce e outras matérias-primas. No entanto, vale considerar que o tratamento das águas residuais ainda é uma realidade muito distante para boa parte dos países do

globo. Segundo o relatório, 56% de toda água doce captada se torna água residual. Mas, enquanto países de renda alta tratam cerca de 70% das águas residuais urbanas e industriais que produzem, essa proporção cai para 38% nos países de renda média-alta, 28% nos países de renda média-baixa e para apenas 8% nos países de renda baixa, o que resulta em uma média global de somente 20% do total.

Um dos mais respeitados pesquisadores brasileiros sobre o assunto, o engenheiro e professor aposentado do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carlos Eduardo Morelli Tucci, ao comentar sobre o que mais afeta a disponibilidade hídrica brasileira, em entrevista à *Radis* (nº 147), fez questão de apontar a falta de coleta e de tratamento de efluentes domésticos, uma vez que o esgoto contamina os próprios mananciais de abastecimento de água. Como apontou reportagem de *Radis* 168, dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), mantido pelo Ministério da Saúde, informam que cerca de 21% dos sistemas de abastecimento brasileiros operam sem tratamento.

De acordo com o estudo da ONU, nos países de renda alta, a motivação para o tratamento avançado das águas residuais diz respeito à manutenção da

qualidade do meio ambiente ou à busca por uma fonte alternativa de água para fazer frente à escassez. Por outro lado, a falta de infraestrutura, de financiamento e de capacidade técnica institucional são apontadas como as principais razões para o não tratamento das águas residuais, especialmente nos países em desenvolvimento, destacou *O Estado de S.Paulo* ao repercutir os dados do relatório da ONU.

Na reportagem, o biólogo Massimiliano Lombardo, oficial de Meio Ambiente da Unesco no Brasil, explicou que o despejo de águas residuais sem o devido tratamento compromete a saúde da população e pode mesmo levar à morte. “Os números mostram que 760 mil crianças morrem todos os anos antes de completarem cinco anos de vida por causa de diarreia provocada pelo contato com água contaminada”, disse. Ele explicou que, por causa do crescimento populacional e dos processos de industrialização e urbanização, o despejo de água residual tem crescido em todo o mundo e que ampliar seu tratamento é algo urgente. Para acelerar a adoção da água de reúso, a ONU pontua cinco caminhos: fazer o enquadramento legal e regulatório; criar mecanismos apropriados de financiamento; minimizar os riscos às pessoas e ao meio ambiente; construir conhecimentos para a elaboração de projetos; e conscientizar a população. 



Vigília em São Paulo (24/4) pediu a liberdade de Rafael Braga, único preso nas manifestações de 2013. O jovem carioca foi condenado a prisão por carregar duas garrafas lacradas de desinfetante, consideradas "artefato explosivo ou incendiário", apesar de perícia provar o contrário. "Ele foi detido por ser negro e pobre. Rafael é símbolo da seletividade penal e racismo estrutural que permeia a justiça brasileira", afirma em nota o Geledés, Instituto da Mulher Negra.

Comunicação e SUS

Nós nunca estivemos tão perto do fim do Sistema Único de Saúde. Voltamos a uma pauta pré-Constituição, que é lutar pela universalidade do SUS. Nesse contexto de desmonte, é fundamental afirmar o direito fundamental a informação e comunicação. A declaração é do ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, na abertura da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde. Ele defendeu que, mais importante do que falar bem do SUS, é urgente produzir novas narrativas e dar voz aos cidadãos.

No dia seguinte, outro ex-titular da pasta apontou quem considera inimigo da saúde. "Nós temos no país uma mídia privada monopolista que não tem nenhum compromisso com a saúde pública. Não esperem da mídia nenhuma condescendência com o SUS", declarou Alexandre Padilha, também ex-ministro da Saúde. Padilha elencou como essencial aliar o cuidado com a saúde à informação de qualidade. Mais do que curar doenças, é preciso cuidar e aconselhar as pessoas, afirmou: "Ser conselheiro e cuidador é difundir informação de qualidade, ainda mais num contexto em que as pessoas são bombardeadas por informações erradas", recomendou. Na edição de junho, *Radis* trará a cobertura completa da conferência.

Propaganda oficial

A propaganda oficial do governo procura justificar a qualquer custo a proposta de Reforma da Previdência do Palácio do Planalto. Desta vez, um vídeo tenta fazer crer que o impopular projeto do presidente Michel Temer vem sendo mal recebido pela população apenas por se tratar de uma novidade. "Tudo que é novo assusta: quando surgiu a vacinação teve até revolta, hoje não dá pra viver sem", diz o áudio fazendo referência ao episódio conhecido como Revolta da Vacina, quando moradores do Rio de Janeiro se insurgiram contra a campanha de vacinação da varíola, em 1904. A peça publicitária força a mão ainda ao comparar as mudanças na aposentadoria a outras inovações como o Plano Real e a obrigatoriedade do cinto de segurança.


Pé no freio

O número de atendimentos a vítimas de acidentes pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) nas marginais Tietê e Pinheiros triplicou após o aumento das velocidades implantado na cidade de São Paulo pelo prefeito João Doria (PSDB), em janeiro. Números mostram que, entre 25 de janeiro e 10 de março de 2017, foram registrados 186 atendimentos nas duas marginais, contra 65 casos no mesmo período, em 2016. O resultado do pé no acelerador foi um aumento de 186,2%.

Desrespeito na universidade

Os estudantes de Medicina do Espírito Santo que protagonizaram a polêmica foto com as calças arriadas, divulgada nas redes sociais no começo de abril podem ser expulsos da Universidade Vila Velha (UVV), onde estudam. A instituição abriu uma sindicância, que deve ser concluída em maio, para definir qual punição deve ser aplicada aos universitários. A imagem, que mostrava sete rapazes trajando jalecos da universidade e estetoscópios — com calças abaixadas e gestos obscenos que simulavam a genitália feminina com as mãos —, causou polêmica e irritou leitores da *Radis*: "Serão esses 'doutores' que cuidarão da saúde da população?", indagou a fisioterapeuta Cristiane Poltronieri, na página da revista no Facebook. "O atentado foi à dignidade das mulheres! A postura nas fotos desses indivíduos é de ameaça! Não merecem exercer nenhuma profissão!", reforçou a sanitarista Myrian Cruz.

Propaganda não oficial

Enquanto isso, a mídia segue com uma cobertura que dedica pouco ou quase nenhum espaço para vozes contrárias à reforma. O levantamento é da ONG Repórter Brasil, que comprovou que os principais veículos de informação do país ignoram críticas à Reforma da Previdência. Ao longo de quatro semanas, os veículos das Organizações Globo foram os menos críticos. Dos 29 minutos e 54 segundos dedicados ao tema pelo Jornal Nacional, mais de 27 deles foram preenchidos por uma cobertura alinhada à proposta do Governo. Os dados do levantamento podem ser conferidos em <https://goo.gl/WEx26f>. Apesar de tanta propaganda favorável, a pressão contra o projeto — que deve ir para votação no plenário da Câmara em maio — continua aumentando. 

1^o de MAIO

Ataques à Constituição e à Consolidação das Leis do Trabalho põem em risco conquistas e saúde do trabalhador

Adriano De Lavor

Quem passeia entre os retratos produzidos por Assis Horta pode nem desconfiar que aqueles sensíveis registros humanos marcam um importante momento na história dos direitos trabalhistas brasileiros. No mês em que se comemora o Dia Internacional do Trabalhador, a exposição do fotógrafo mineiro, em cartaz até o dia 5 no Rio de Janeiro, também

alerta para as recentes ameaças dirigidas à Constituição de 1988 e à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representadas pelas propostas de reforma da legislação trabalhista e mudança nas regras previdenciárias. As medidas, além de desprezarem conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros, colocam em risco a saúde dos brasileiros, como apurou a Radis.



26-2-48



Por isso é tão emblemático o conjunto de rostos e expressões que compõem a exposição “Retratos”, e que ilustram a capa e a nossa reportagem. O material, que tem a curadoria do designer Guilherme Horta — que apesar do sobrenome não é parente do fotógrafo —, reúne os primeiros (e talvez únicos) registros de anônimos que, após a CLT, aprovada em 1º de maio de 1943, procuraram o estúdio de Horta, na cidade de Diamantina (MG), para obterem fotos que seriam usadas na recém-criada Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Até então, a fotografia no Brasil era uma exclusividade dos ricos, cabendo aos operários apenas o registro de “identidade civil”. Assis Horta foi além, ampliando as possibilidades de registro: “Sozinho, com os amigos, com a esposa ou com os filhos, o trabalhador brasileiro, que já havia ganhado a identidade de um cidadão, alcança o sonho, a dignidade, a eternidade através do retrato”, descreve a curadoria da exposição.

TRABALHISMO E PROPAGANDA

Naquele momento, o país vivia a chamada Era Vargas (1930-1945), período em que foi criado o Ministério do Trabalho, os sindicatos oficiais foram regulamentados e medidas como salário mínimo e férias foram instituídas. O presidente fortalecia sua imagem com a política trabalhista, ao mesmo tempo em que controlava as relações entre patrões e empregados e reprimia opositores. Conhecido como “pai dos pobres”, Vargas investiu no “trabalhismo” com mão de ferro e muita propaganda. Assinou a Lei 5.452, que ficou conhecida pela sigla CLT, em pleno estádio de São Januário, na zona norte do Rio de Janeiro. No papel, a nova lei eliminava redundâncias e introduzia novas regras; nas rádios, o cantor Ciro Monteiro reforçava o clima, cantando “Quem trabalha é que tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar”, de Ataulfo Alves e Wilson Baptista; nas ruas, a popularidade de Vargas crescia como amigo do trabalhador.

Neste contexto, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) teve papel fundamental. “O trabalhismo

foi alicerçado por uma forte propaganda nacionalista, que valorizava o líder populista como protetor dos trabalhadores, buscando até mesmo descaracterizar a função dos sindicatos”, aponta o professor Gabriel Valente, no blog Retalhos da História. Ele lembra que o regime utilizava o slogan “Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado”, transformando os sindicatos, antes espaço de luta e contestação, em um mecanismo para a manutenção da ordem vigente.

Vargas também se apropriou do movimento nacional e internacional em torno do 1º de maio, data criada em memória dos oito operários mortos em Chicago, nos Estados Unidos, por reivindicarem melhores condições de trabalho, em 1886. Eles requeriam a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e reuniram milhares de pessoas em protestos que duraram dias e acabaram com dezenas de mortos e feridos — os acontecimentos passaram a ser conhecidos como a Revolta de Haimarcet. A data passou a simbolizar a luta operária em outras partes do mundo, até ser decretada feriado na França em 1919 e na União Soviética, em 1920. No Brasil, o Dia do Trabalhador foi decretado feriado em 1925, pelo presidente Artur Bernardes, e simbolizava dia de protesto e luta pelos movimentos populares. A partir da gestão de Vargas, a data passou a significar, também, um dia de festas populares, desfiles e celebrações.

Neste 2017, o 1º de maio pode ser marcado por uma mudança radical na condução das regras trabalhistas, em vigência desde 1943. De um lado, os defensores da reforma, que alegam que a CLT é uma “colcha de retalhos” ultrapassada e as mudanças são essenciais para colocar as contas públicas em ordem, estimular a economia e criar empregos; de outro, os críticos, para quem as reformas — tanto a trabalhista quanto a da Previdência — vão retirar direitos já adquiridos. Quem aposta nas mudanças garante que as modificações darão maior autonomia para os trabalhadores nas negociações sindicais; quem é contra argumenta que a possibilidade de acordos trabalhistas terem força de lei pode permitir a redução de direitos assegurados e até favorecer o aumento do trabalho escravo no país. Na reportagem a seguir, *Radis* apresenta as mudanças propostas e avalia quais os impactos na saúde dos brasileiros.

REFORMA É “DESGRAÇA”

Bruno Dominguez

“Com a palavra, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator dessa desgraça”. A frase, proferida pela deputada Luíza Erundina (Psol-SP) enquanto ocupava a cadeira da presidência da Câmara em protesto, em 18 de abril, instantaneamente virou símbolo do projeto de reforma trabalhista do governo Temer (PL 6.787/16). Na sessão, sob gritos de “Fora Temer” e ameaça de agressões físicas, a maioria dos deputados rejeitou requerimento de urgência para votação da proposta, que enfrenta a oposição dos principais sindicatos trabalhistas.

No dia seguinte, porém, a mesma manobra acabou aprovada, permitindo a dispensa de pedido de mais tempo para analisar o texto ou propor emendas na comissão especial que analisa o tema. O governo tinha pressa; temia que a greve geral, convocada para 28 de abril, tivesse grande impacto no voto de deputados. Em 25 de abril, a comissão especial da Câmara destinada a analisar a reforma aprovou o parecer do relator Rogério Marinho por 27 votos a favor e 10 contra, abrindo espaço para a votação no plenário da Câmara no dia seguinte.

À frente de uma grande faixa em que se lia “Não toque nos nossos direitos” e depois de 14 horas de debate, os deputados aprovaram o texto-base da reforma por 296 votos a favor e 177 contra, na noite de 26 de abril. Para o texto passar, precisava de maioria simples (metade dos deputados presentes mais um voto). Às 2h da madrugada, a análise dos destaques foi encerrada, com apenas uma mudança entre 17 propostas — a proibição da penhora de bens de entidades filantrópicas com a finalidade de arcar com despesas de causas

trabalhistas. O projeto segue para o Senado, com previsão de votação ainda para o primeiro semestre.

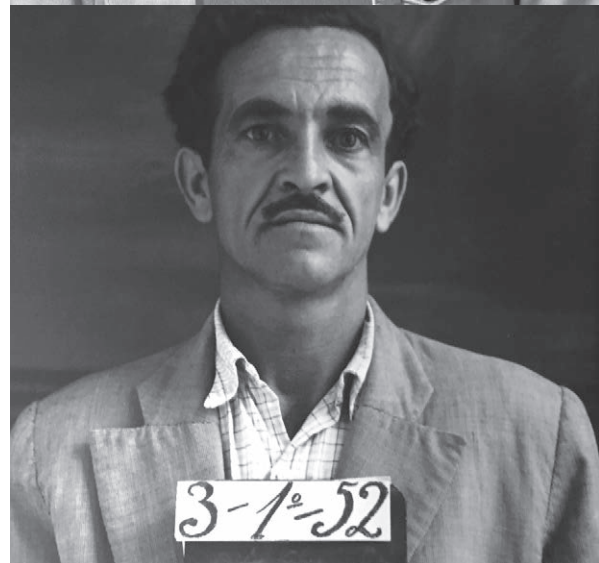
O substitutivo do PL 6.787/16 altera 117 dos 922 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O ponto mais polêmico é a prevalência de acordos e convenções coletivos entre patrões e empregados sobre a legislação. O texto lista 16 circunstâncias em que o acordo vale mais do que a lei, como banco de horas, parcelamento de férias e plano de cargos e salários — o projeto original limitava a 13. “Com isso, fica assentada a ideia de se definir como regra a prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho, e não como exceção, como se entende atualmente”, afirmou o deputado Rogério Marinho.

“O que gera empregos é o crescimento da economia e não a flexibilização das leis trabalhistas”



Para o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), órgão de assessoria parlamentar dos sindicatos brasileiros, “o substitutivo se traduz num cardápio de maldades contra os trabalhadores”. Entre os principais impactos, o Diap avalia que a reforma, além de estabelecer que o acordo e/ou convenção se sobreponha aos direitos garantidos em lei e sobre a negociação coletiva, possibilita o impedimento do acesso à Justiça na forma do acordo extrajudicial irrevogável e arbitragem das relações de trabalho.

Também indica que, se aprovada, a proposta vai enfraquecer os sindicatos. O texto retira da CLT a obrigatoriedade da contribuição sindical para trabalhadores e empregadores, recolhida anualmente no valor correspondente a um dia de trabalho, para os empregados, e a um percentual do capital social da empresa, no caso dos empregadores. A competência dos sindicatos é diminuída, ao estabelecer a livre estipulação das relações trabalhistas e permitir acordo



individual escrito para definição da jornada de 12/36 horas e banco de horas. Ou seja, cai a exigência de que práticas, como a homologação da rescisão contratual, seja feita em sindicatos.

Outra preocupação do órgão é a permissão para a terceirização irrestrita da mão de obra. O substitutivo altera a Lei da Terceirização, sancionada em março, deixando claro que pode alcançar todas as atividades da empresa, inclusive as atividades-fim — a Lei de Terceirização não deixava essa possibilidade claramente expressa. O Diap ainda indica como pontos problemáticos a criação do trabalho intermitente (no qual as pessoas são pagas por período trabalhado), a regulação do teletrabalho e a ampliação do trabalho parcial.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em nota técnica assinada pelo procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, afirma que o PL 6.787/2016 viola a ordem constitucional, prejudica o equilíbrio da relação capital-trabalho, facilita fraudes trabalhistas e a corrupção nas relações coletivas de trabalho e aprofunda a insegurança jurídica. “Fica evidente que autorizar o rebaixamento de direitos por meio da negociação coletiva não fortalece as tratativas entre trabalhadores e empregadores. Muito pelo contrário, enfraquece e coloca em descrédito diante da sociedade esse importante instrumento de pacificação dos conflitos coletivos de trabalho”.

Segundo o MPT, as alterações contrariam a Constituição Federal e as convenções internacionais firmadas pelo Brasil, como as 98, 151 e 154 da Organização Internacional do Trabalho, para a qual a negociação coletiva somente é válida quando leva a condições de trabalho mais favoráveis que as fixadas em lei.

“O que gera empregos é o crescimento da economia e não a flexibilização das leis trabalhistas”, já havia frisado Fleury em audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, na Câmara dos Deputados. Estudo da OIT que analisou o mercado de trabalho nos últimos 20 anos em 63 países desenvolvidos e em desenvolvimento concluiu que a diminuição da proteção dos trabalhadores não gerou emprego e não reduziu a taxa de desemprego.

***“Os trabalhadores terceirizados não
mais tempo e gozam de menor es
direitos, mas também sofrem ma***

A Espanha, que flexibilizou a legislação trabalhista em 2012, viu a redução de 265 mil contratos indeterminados e 372 mil vagas a tempo integral na comparação entre 2011 e 2016. Os contratos temporários, por outro lado, aumentaram em 100 mil; e os contratos a tempo parcial, em 300 mil. “Na prática, a mudança trouxe maior precariedade, mais contratos temporários, piores jornadas, trabalhos menos qualificados e salários mais baixos”, exemplificou ele.

Na mesma audiência, representantes das principais centrais sindicais brasileiras também criticaram a proposta de reforma trabalhista encaminhada ao Congresso. “A reforma veio pura e simplesmente para



“... não somente ganham menos, trabalham com menor estabilidade no emprego e de menos acidentes, incluindo os fatais”

legalizar o bico: se trata da legalização dos enormes equívocos cometidos por boa parte do empresariado e que agora querem ter uma formalização legal e jurídica para que os trabalhadores não possam buscar na Justiça do Trabalho os seus direitos”, afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Freitas.

IMPACTO NA SAÚDE

A pesquisadora da Universidade Federal da Bahia Graça Druck associou diretamente terceirização

a trabalho precário no artigo “A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores”, publicado nos Cadernos de Saúde Pública. A autora sistematizou resultados de 20 anos de pesquisas sobre o tema no Brasil, e os indicadores comprovam condições de trabalho mais precárias dos terceirizados em diversas categorias profissionais.

O número de acidentes de trabalho com vítimas fatais eram invariavelmente maiores entre os trabalhadores terceirizados, identificou ela entre os estudos analisados. Na Petrobras, por exemplo, entre 1995 e 2013 320 trabalhadores sofreram acidentes fatais, dos quais 268 (ou 84%) eram terceirizados e 52 (16%) eram funcionários da empresa. A taxa anual de acidentes fatais entre terceirizados de 2000 a 2013 foi de 8.6 por 100.000, 50% maior do que entre funcionários, de 5.6 por 100.000.

“Os trabalhadores terceirizados não somente ganham menos, trabalham mais tempo e gozam de menor estabilidade no emprego e de menos direitos, mas também sofrem mais acidentes, incluindo os fatais. Sua vulnerabilidade de saúde e a aumentada exposição a riscos resultam precisamente de suas condições precárias de trabalho e da falta de treinamento adequado, qualificação ou proteção por meio de políticas de segurança no trabalho e de saúde”, concluiu.

Em artigo específico sobre a terceirização na saúde pública, veiculado na revista Trabalho, Educação e Saúde, Graça avaliou a implantação das organizações sociais, validada como constitucional em 2015 pelo Supremo Tribunal Federal que, dessa forma, liberou a terceirização para todos os serviços essenciais sob responsabilidade do Estado.

A tese defendida é a de que a terceirização do serviço público no Brasil é um dos mecanismos mais eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, que ocorre mediante formas diversas de precarização do trabalho, pois a terceirização é o meio principal que as forças políticas neoliberais encontraram para atacar o coração de um Estado social e democrático: os trabalhadores que constituem o funcionalismo público.

O QUE MUDA

Os acordos coletivos de trabalho definidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão se sobrepor à legislação trabalhista definida na CLT em 16 pontos específicos.

JORNADA DE TRABALHO

Poderá ser negociada num limite de até 12 horas por dia e 48 horas por semana. Hoje, a jornada padrão é de 8 horas por dia, com possibilidade de haver 2 horas extras, e a jornada semanal é de até 44 horas.

O **intervalo** dentro da jornada de trabalho poderá ser flexibilizado, desde que tenha, no mínimo, 30 minutos nas jornadas maiores do que seis horas. O empregador poderá determinar a troca do dia de **feriado**. Acordos podem criar **banco de horas** para contar horas extras trabalhadas. Se o banco de horas não for compensado em no máximo seis meses, essas horas terão de ser pagas como extras, com um adicional de 50%.

FÉRIAS

Poderão ser divididas em até três períodos. Nenhum dos períodos pode ser inferior a cinco dias corridos, e um deles deve ser superior a 14 dias corridos. Não podem começar no período de dois dias que antecedem um feriado ou no dia de descanso semanal remunerado.

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO

O tempo que o trabalhador leva para se deslocar até o trabalho em ônibus fretado pela empresa não poderá mais ser contado como hora de trabalho, como acontece hoje.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Passará a ser opcional. Na prática, o fim da contribuição obrigatória enfraquece a discussão e pleitos coletivos por categoria de trabalhadores.

HOME OFFICE

A versão do texto do relator cria duas modalidades de contratação: o trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e o teletrabalho, que regulamenta o chamado home office, ou trabalho de casa. Define, por exemplo, que o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas não descaracteriza o regime de trabalho remoto.

DIREITO DAS MULHERES

O relator também propõe mudanças nas leis trabalhistas que envolvem mulheres. Uma delas é permitir que grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres, desde que apresentem um atestado médico permitindo isso. Atualmente, isso é proibido.

TERCEIRIZAÇÃO

A Lei da Terceirização permite a contratação de terceirizados para todas as atividades de uma empresa. O texto da Reforma Trabalhista também trata da questão, estabelecendo uma espécie de quarentena que impede que o empregador demita um trabalhador efetivo para recontratá-lo como terceirizado em menos de 18 meses. O trabalhador terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos.



TERCEIRIZAÇÃO É PRECARIZAÇÃO

Elisa Batalha

“**A** precarização é a dismantelamento e desconstrução dos direitos sociais dos trabalhadores. Esse movimento não ocorre só no Brasil, é mundial. Faz parte do ideário do neoliberalismo a pressão por retirar todos os limites ao grau de exploração à força de trabalho. Isso provoca o desrespeito às condições humanas. A exploração ultrapassa os limites físicos e psíquicos”. Foi com esse “violento diagnóstico” — como ela mesma definiu — que a economista Maria da Graça Druck de Faria, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (Ufba), iniciou a aula inaugural do curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), em 22 de março, no Rio de Janeiro.

Em sua exposição, Maria da Graça explicou que os processos de flexibilização e precarização do trabalho, recentemente aprovados pelo Congresso Nacional, representam transformações que trarão impactos negativos na vida do trabalhador. “O que se discute hoje no Brasil é o fim dos direitos dos trabalhadores”, afirmou a pesquisadora, que é especialista em estudos sobre a terceirização, desemprego e assédio moral — fenômeno que, segundo ela, “está se generalizando”.

A pesquisadora esclareceu que o Direito do Trabalho parte do pressuposto da hipossuficiência do trabalho em relação ao capital, ou seja, da proteção do trabalho, considerado elo mais fraco, em relação ao capital. Para ela, atualmente esse pressuposto está sendo contestado: o neoliberalismo propõe a soberania daquilo que é “negociado” sobre aquilo que é legislado, como se houvesse simetria entre as partes. Isso legitima a falsa ideia de que, em acordos firmados entre patrões e empregados, estes últimos tenham a mesma força de negociação dos primeiros. A pesquisadora alertou que este argumento é uma falácia. “Basta que o negociado fique valendo sobre o legislado e todas as outras medidas protetivas caem automaticamente”, advertiu, referindo-se ao atual contexto brasileiro.

Segundo ela, a terceirização e a contratação pelas chamadas Organizações Sociais da Saúde (OSs) promovem a precarização no setor Saúde. Previu ainda que as medidas aprovadas pelo Congresso sobre o assunto podem se estender para outros campos, como a Educação. “A precarização da força de trabalho pode estar prestes a chegar às universidades”, observou. “Foi criado um vínculo com o trabalhador que é tão frágil que podemos dizer que é descartável”, alertou a pesquisadora, identificando um nível de mercantilização em todas as dimensões da vida nunca visto antes.

Maria da Graça apontou que, na origem das mudanças que afetam os trabalhadores está o neoliberalismo como projeto de

sociedade e conjunto de valores. “Estamos vivendo um momento muito singular da sociedade capitalista”, advertiu, apontando para características deste projeto, como a aceleração do tempo e o capital fictício — que não produz nada. “Essa lógica de aceleração do tempo contamina todos os campos, e redefine também a sociabilidade e o lazer. A relação com o tempo passa a ser um tempo de respostas imediatas, que gera pressão. Isso nos impede de pensar no futuro e nos tira os vínculos com o passado”, refletiu.

Ela explicou que o modelo adotado pelo neoliberalismo prevê um Estado gerencial ou empresarial, baseado em metas, estratégia que se reflete no mercado de trabalho. “As metas são impostas por outras pessoas sobre os trabalhadores e fazem parte da ‘ditadura do sucesso’. Elas fazem com que se trabalhe 14, 16 horas por dia, sem horas extras”, exemplificou. A pesquisadora advertiu ainda que a terceirização permite a intensificação do trabalho, do ritmo e da rotatividade de pessoas. “Os acidentes de trabalho e adoecimentos também aumentam, inclusive os problemas de saúde mental, assim como o assédio moral, muito devido à concorrência, que vai minando os ambientes de trabalho”, pontuou.

A terceirização, segundo a pesquisadora, cresceu mais, nos últimos anos, no setor público. “No setor saúde, nem a Lei das OSs está sendo cumprida. A própria definição do que é OSs é dada por quem contrata. A justificativa de se criar OSs era melhorar o serviço. Mas não há nenhum tipo de controle”, criticou.

A pesquisadora também analisou o financiamento do setor, criticando a redução de verbas para políticas públicas que, segundo ela, não vai ajudar a sanar as finanças do país. “Quando se deixa de investir em políticas públicas, deixa-se de dinamizar a economia. Não é a mesma coisa que ‘cortar gastos’ em um orçamento doméstico, em uma família”, ilustrou, avaliando a situação atual como de “excepcionalidade” e fragilização das instituições. “O parlamento está desmoralizado, e o alto índice de abstenção nas eleições municipais do ano passado mostrou que há uma crise de representatividade”, sinalizou.

Neste contexto, ela orientou que, segundo a visão neoliberal, o funcionalismo público representa um incômodo. “A função do serviço público é eminentemente social. Trabalhamos para a sociedade, não para um senhor. Não é por corporativismo que é necessário defender o serviço público. Saúde e educação, por exemplo, são funções-chave”, declarou. “Nas universidades, somos produtores, não apenas reprodutores de conhecimento. A terceirização e a avaliação por metas acabam com a universidade. Os projetos de extensão, que são tão importantes para as comunidades, por exemplo, não contam pontos nas avaliações de produtividade da Capes”, reprovou a professora.





PASSO PARA TRÁS

Liseane Morosini

“O cenário atual é de gritante agravamento da pressão dos setores que há anos procuram flexibilizar os direitos dos trabalhadores, eliminando tudo aquilo que consideram ser entrave à livre exploração e à maximização da rentabilidade de seus empreendimentos”. É dessa forma que o ativista frei Xavier Plassat manifesta sua preocupação sobre o trabalho escravo, crime ainda com grande ocorrência em todo o país. Coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo, Xavier acredita que esse quadro tende a se agravar com a aprovação do Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, em 31 de março de 2017, que regulamenta a terceirização sem limites em qualquer atividade das empresas. “Foi aberta a porta ao recrudescimento do trabalho escravo pela precarização do vínculo trabalhista”, disse à *Radis* por e-mail. Ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Xavier indica quatro pontos do PL que prejudicam e expõem fortemente o trabalhador: liberação incondicional da terceirização das relações de trabalho; preponderância do negociado sobre o legislado na efetivação dos direitos; redução da definição legal do trabalho

escravo; fragilização da inspeção do trabalho, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Xavier combate o trabalho escravo desde 1995. Por conta de seu envolvimento, ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em 2008. Segundo ele, nessa prática criminosa há uma figura central: o “gato”, gíria que dá nome aos empreiteiros que intermedeiam a relação trabalhista entre o tomador de serviço, que é o empregador real, e o trabalhador aliciado e submetido ao trabalho escravo. “É o ‘gato’ que serve de fachada para o fazendeiro no aliciamento e manutenção dos trabalhadores transformados em escravos”, diz. De acordo com Xavier, o ‘gato’ contemporâneo pode não ser uma pessoa e passa a ser representado por “uma empresa de trabalho temporário, uma cooperativa de faxada, qualquer empreiteiro e sua rede de subempreiteiros, ou mesmo, na forma ilimitada de terceirização possibilitada pela nova lei, uma pessoa física ‘pejotizada’ [referência a ‘pessoa jurídica’]”.

LEGISLAÇÃO RETRÓGRADA

Segundo Xavier, há vários projetos de lei tramitando no Congresso. Ele diz

que, caso sejam aprovados, vão tornar ainda mais precárias as relações de trabalho. “Certo é que haverá um quadro de extrema precarização. Podemos voltar a um ambiente que não somente favoreça, mas também esconda ou até legalize formas de trabalho que até agora consideramos, com razão, condições análogas a de escravo”, observa. Entre eles, o ativista cita a discussão do PL 6442/2016, do deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), que altera as normas reguladoras do trabalho rural, abolindo a Lei do Trabalho Rural (nº 5889/1973). Esse PL cita a primazia do negociado sobre o legislado, abolição do pagamento das horas *in itinere* [gastas no percurso até o trabalho], redução das exigências referentes à água e condições sanitárias, introdução do princípio da dupla fiscalização, esvaziando a possibilidade de flagrante de trabalho escravo, e abandono do disposto no art. 7º da Constituição (que garante igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais). A proposta também redefine o horário considerado como trabalho noturno e prevê turnos de 21h às 4h da manhã, observa.

Há ainda, segundo ele, um outro projeto de lei do Senado (PLS 432/13), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que visa, segundo ele, excluir da

legislação os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes” de trabalho como condições análogas à escravidão. “Esse projeto tem a intenção perversa de retirar qualquer eficácia possível à emenda constitucional que prevê o confisco da propriedade de quem pratica o trabalho escravo. A emenda resultou de uma luta de 20 anos até sua aprovação”, sentencia.


Em março, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) lançaram uma Nota Técnica sobre a Reforma Trabalhista (PL 6787/2016). Nela, as entidades reafirmam que a prática do trabalho escravo contemporâneo será ainda mais incentivada, sem mecanismos legais para combatê-lo efetivamente. “Essa alteração no conceito de trabalho escravo em nada beneficia os trabalhadores. Ela não modifica de fato a realidade vivida por milhares de brasileiros no campo e na cidade. Pelo contrário! Quem sai ganhando são aqueles que exploram o trabalho do povo brasileiro, submetendo-o a condições degradantes e a jornadas extenuantes de trabalho”, diz o texto.

RETROCESSO À VISTA

Ricardo Rezende, pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), confirma ainda que empregados terceirizados geralmente recebem 27% a menos que os contratados diretamente. Além disso, o professor alerta que boa parte dos casos considerados de trabalhadores em casos de trabalhos análogos à situação de escravidão está entre os terceirizados contratados diretamente pela empresa. Com informações levantadas pelo Núcleo de Estudos Conjunturais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e divulgadas pelo jornalista Leonardo Sakamoto, da organização Repórter Brasil, ele ressalta que 76,7% dos 86 resgates ocorridos no estado entre 2003 e 2016 envolviam trabalhadores terceirizados. “Os dados são da Bahia, mas esse é um fenômeno nacional. Essa lei vai impactar na qualidade de serviço, no salário dos trabalhadores e gerar uma maior incidência do crime do trabalho considerado análogo ao escravo”, afirmou. A confirmação é dada também por dados do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego: do total de ações empreendidas pelo órgão entre 2010 e 2013, dos 10

maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos no Brasil, 90% eram terceirizados.

O professor aponta também a enorme desigualdade na relação mantida entre empregado e patrão. Por isso, ele considera que é uma “falácia” dizer que a substituição do legislado pelo negociado proposto pela nova lei vai favorecer o trabalhador. “Não são dois lados com poderes iguais e não há leis para evitar essa relação desigual. Ela é superada quando a lei diz ao patrão o que ele pode e não pode fazer”, entende. Para ele, a negociação só é justa quando amplia direitos. “É algo extremamente grave. Na prática, isso vai reduzir os direitos do trabalhador. E, se o patrão pode decidir sobre a quantidade de horas trabalhadas, é porque de um lado tem alguém frágil diante de alguém poderoso. É ele que tem o poder da chantagem, da ameaça”, sentencia. Segundo ele, não cabe ao trabalhador ameaçado de desemprego, de fome, de miséria, sem opções, dizer o que ele quer. “Estamos diante de casos em que o trabalhador não tem liberdade suficiente para dizer o que quer. Se tenho uma arma contra a minha cabeça, eu não posso dizer que sou livre para dizer o que eu quero”, exemplifica.

Renato vê um quadro grave para o mundo do trabalho com o que chama de “retrocesso ditado pelo Legislativo com apoio do Executivo”. Ele considera que o momento é de “um desfazimento de leis, de conquistas conseguidas depois de décadas de avanços sociais”. “Estamos voltando às leis anteriores a 1940, talvez ao século 19. Vivemos um momento singular e dramático não só para o trabalhador, mas para o país”, disse. Segundo ele, em princípio, nenhum direito humano poderia retroceder, somente avançar, mas na prática isso não ocorre. Ele aponta que a nova lei pode eximir a responsabilidade da empresa que submete trabalhadores em condições análogas à escravidão. “A nova legislação abre a possibilidade de que a empresa diga que não é responsável pelo crime já que sua atividade fim é outra”, sinaliza. Segundo ele, normalmente quando uma autoridade constata o crime, o discurso empregado pelo beneficiado pelo trabalho escravo é que desconhecia essa informação. Para ele, a empresa tem que ser corresponsável e deve fiscalizar e saber a origem do produto que comercializa. “O empregador sempre tenta se esconder. Ele diz que o empreiteiro é que contratou o trabalhador. Essa informação é dada numa clara tentativa de burlar a legislação”, observa. Em março, o MT divulgou a chamada lista suja do trabalho escravo com o nome de 68 empresas que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravo. Por ordem da Justiça, o cadastro não era divulgado desde 2014. 



Aos 99 anos, o fotógrafo Assis Alves Horta visita a exposição de 200 de suas fotografias em preto e branco dos primeiros trabalhadores a terem registro profissional, com a criação da CLT, em 1943. A mostra *Assis Horta Retratos*, itinerante e atualmente em cartaz no Espaço Cultural BNDES, no Rio de Janeiro, apresenta os primeiros retratos 3x4 com data e imagens do trabalhador no estúdio fotográfico.

ASSIS HORTA RETRATOS

Espaço Cultural BNDES
Avenida Chile, 100 – Centro, RJ
Até 5 de maio – Entrada franca

SOB O SIGNO DA MÉTRICA

INTERNACIONALIZAÇÃO E RANQUEAMENTO DA PRODUÇÃO PODEM AFASTAR AS UNIVERSIDADES DE SUA FUNÇÃO SOCIAL, ALERTA PESQUISADOR

Liseane Morosini

Enquanto as universidades buscam reputação internacional, professores procuram ser bem avaliados com resultados acadêmicos aferidos pelo impacto de suas publicações em periódicos de renome. Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o professor Roberto Leher é um crítico contundente deste novo modelo de produzir, conduzir e avaliar a ciência — tema que tratou na Fiocruz, em 24 de março, quando ministrou a aula inaugural do ano letivo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp). A partir do tema “A quem serve o conhecimento? Quem produz, quem avalia e, principalmente, a quem interessa a produção do conhecimento científico?”, Roberto, que é reconhecido por pesquisas sobre políticas públicas na área de Educação, estabeleceu uma ligação entre os dois temas, defendeu que o modelo hoje em ascensão é dominado pela lógica mercantil — que visa obter clientes, vender marcas e equipamentos nos países capitalistas dependentes. “Quando a produção do conhecimento se abre para o mercado global, a educação passa a ser vista como um grande negócio”, criticou.



Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Roberto Leher citou o sociólogo Francisco de Oliveira ao usar a figura do ornitorrinco como metáfora para o Brasil. Para o professor, assim como o animal — que apesar de mamífero também é identificado como réptil e pássaro —, o país vive um “dilema evolutivo”, entre o arcaico e o moderno, que também se reflete no campo científico. “Entre 2015 e 2016, o país ocupou a 14ª posição na ciência mundial. Isso confere um destaque na produção científica e mostra uma pujança do sistema de pós-graduação”, disse. Contudo, ele ressaltou que essa conquista não se reflete em ciência aplicada. “Exceto a Petrobras, as empresas líderes são, no geral, de baixo conteúdo tecnológico e nelas convivem o moderno e o arcaico”, apontou.

Para ele, o moderno pode ser verificado pela evolução dos números. Segundo Leher, desde 1985, ano de criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia [*atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*] houve aumento na produção científica brasileira. De lá para cá, os programas de pós-graduação aumentaram de 1,1 mil para mais de 5 mil, em 2016 — responsáveis pela formação de 50 mil mestres e doutores a cada ano. No mesmo período, a produção de artigos científicos cresceu de 2,4 mil para mais de 35 mil, também a cada ano.

Para o pesquisador, os números também demonstram a permanência do arcaico, já que o

incremento em pesquisa básica não resultou em aumento em pesquisa aplicada ou de registro de patentes. Ele verifica, ainda, que há distorções na trajetória de estudantes formados em universidades no mercado de trabalho. Segundo ele, sete em cada 10 profissionais de ciência e tecnologia e engenharia não ocupam cargos típicos de suas áreas de formação. Além disso, entre os graduados em ciências, matemáticas e computação, apenas 21% dos profissionais estão em funções comuns à profissão. “Dos noventa mil mestres e doutores formados em ciência dura, menos de 1% realizam pesquisa e desenvolvimento. Nos Estados Unidos, esse percentual chega a 70%”, comparou.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Leher também comentou a forte indução à internacionalização das universidades brasileiras e o uso desta tendência como um fator que aumenta o prestígio para o pesquisador, o grupo, o centro de pesquisa ou a instituição. Segundo ele, a internacionalização proposta pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 objetiva definir novas diretrizes, estratégias e metas para avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. “A internacionalização atualmente proposta não se compara com a interação internacional das relações acadêmicas, fundamento da universidade desde sua gênese”, criticou, alertando que a síntese desse processo pode ser expressa pelas recentes fusões entre grandes grupos educacionais, que visam lucro por meio de fundos de investimentos.

Roberto também criticou a grande movimentação de estudantes brasileiros para o exterior. Para o professor, a mobilidade não expressa apenas intercâmbio acadêmico, como se verifica com o Erasmus [*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (ou, em português, Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários)*], mas também aponta para um grande mercado em ascensão. Ele chamou atenção que a balança pende mais para um lado: em 2012, o Brasil recebeu 14.432 estudantes do ensino superior e pesquisadores internacionais, enquanto enviou 30.729 ao exterior, comparou, citando números da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco). Segundo ele, cerca de 85% de todos os estudantes internacionais estiveram matriculados em países do G20 [*grupo dos 20 países mais desenvolvidos e industrializados*].

De acordo com Roberto, o investimento em pesquisa realizado nos últimos anos também não aumentou a representação brasileira no quadro de classificação de excelência acadêmica global. Ele citou que o ranking da Universidade Jiao Tong, de Xangai, na China, um dos principais do mundo, classifica as universidades de acordo com critérios objetivos. Entre os indicadores levados em consideração, estão a quantidade de docentes ou alunos antigos que ganharam prêmio Nobel ou a medalha Fields [*de matemática*]; o número de publicações nas revistas Nature e Science; as citações de artigos e pesquisadores

mencionados durante os últimos cinco anos que precedem a listagem. No último ranking, de 2016, constam apenas seis universidades brasileiras entre as 500 melhores do mundo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “As demais, buscando subir nos rankings, perseguem a melhor fórmula para serem consideradas, afinal, universidades de padrão mundial”, diz.

Entre as 10 melhores universidades situadas na classificação de Xangai, oito são norte-americanas. “É possível comprovar a relação entre a produção científica e o PIB [*Produto Interno Bruto*] dos países”, afirmou. Roberto alertou que o ranking é um risco para a universidade, espaço que foi criado para mudar e inovar. “O fundamental não é calibrar a pós-graduação e a pesquisa aos descritores de rankings, à revelia dos debates sobre a função social das universidades. É preciso valorizar a pluralidade nas formas de forjar a universidade, para que possa enfrentar os desafios sociais, teóricos e epistemológicos exigidos pelos dilemas da humanidade”, recomendou.

AVALIAÇÃO INCONSISTENTE

A métrica, para ele, também está equivocada por não distinguir as diferentes produções científicas em relação às suas áreas de conhecimento. Como exemplo, citou que, se na área de história, há

publicações que continuam importantes depois de 20 anos, metade das citações em matemática podem estar defasadas em 10 anos, e, em física, em até cinco. Para o educador, esse único modelo de aferição não comporta a realidade de cada campo da produção científica: biomedicina, ciências naturais, ciências sociais e humanidades. “No caso das humanidades, é possível constatar que três quartos das publicações são na forma de livros, tendência que se manteve estável nos últimos 30 anos. Na área de economia, entretanto, no período houve redução dos livros de 55% para 30%. Na área de física, 80% é na forma de artigos em revistas”, precisou. Nas ciências biomédicas, ele informou que o número médio de autores passou de dois, em 1960, para seis, em 2014; nas ciências da natureza, de dois, em 1960, para cinco em 2014; nas ciências sociais de 1,2, em 1960, para três, em 2014 e, nas humanidades, de um para 1,2 no mesmo período. “O percentual de publicações com mais de um autor, em 2014, é de 95% nas biomédicas, de 92% nas ciências da natureza e engenharias, de 70% nas sociais e de 12% nas humanidades. É claro que numericamente as pesquisas nessa área saíram perdendo”, exemplificou.

Roberto também considera que há problemas com o chamado Fator de Impacto (FI), índice utilizado por várias publicações e gerado a partir da média do número de citações obtidas pelos artigos em uma revista em um período de dois anos. “Hoje há uma forte competição entre as revistas. Muitas passaram a adotar estratégias diversas para fazer crescer o FI, como autocitações, citações cruzadas, exigência de citação de artigos da revista, entre outros”. Além disso, ele também criticou o intervalo de dois anos como medida, por considerar um prazo curto para a maioria das áreas. “Revistas da área biomédica e das ciências da natureza tendem a ter FI alto, as das ciências sociais possuem FI baixo. Se a janela de tempo fosse ampliada para 10 anos os FI das duas áreas seriam comparáveis”, assegurou.

“É preciso valorizar a pluralidade nas formas de forjar a universidade, para que possa enfrentar os desafios sociais, teóricos e epistemológicos exigidos pelos dilemas da humanidade”

Roberto Leher, reitor da UFRJ

MARCHA À FRENTE

Luiz Felipe Stevanim

“Sem ciência, voltaremos para as cavernas” — diz o cartaz nas mãos de uma menina vestida com os trajes de um personagem do seriado animado *Flintstones*, sobre uma família na Idade das Pedras. Outros dizeres ao redor do mundo falam dos perigos do obscurantismo e da falta de recursos para a pesquisa científica. Um homem fantasiado de habitante das cavernas diz ser o “conselheiro científico de Trump”, presidente americano, em referência às medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos que prejudicam o avanço da ciência. Esses são alguns retratos da Marcha pela Ciência, movimento que reuniu a comunidade científica internacional no Dia da Terra (22/4) em defesa da valorização do trabalho dos cientistas e contra medidas que prejudicam a pesquisa, como o corte de verbas e decisões políticas conservadoras.

No Brasil, há um componente a mais nessa fórmula: o governo do presidente Temer anunciou, em 30/3, um corte de 44% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que representa a perda de R\$ 2,2 bilhões dos R\$ 5 bilhões previstos em 2017. Com isso, a área de ciência e tecnologia no Brasil terá o pior orçamento dos últimos 12 anos, como publicou a revista norte-americana *Nature* (3/4). Somado às medidas de congelamento dos investimentos por 20 anos, aprovadas pelo governo no fim de 2016, este cenário aponta para o risco de interrupção nos avanços da ciência brasileira. “O Brasil caminha na contramão do que seria a melhor estratégia para enfrentar uma crise econômica: investir em conhecimento científico, pesquisa e inovação”, afirmou o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, em artigo publicado em 19/4. Segundo ele, países como a China respondem à crise econômica com mais investimentos em ciência — o contrário do que o Brasil tem feito.

De acordo com Leher, o orçamento das universidades federais em 2017 é 13% inferior ao já “apertado” cenário de 2016, ano em que muitas universidades não puderam pagar

suas contas básicas. Para a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Tamara Naiz, esses cortes paralisam o ciclo virtuoso vivido pela ciência brasileira desde a década de 2000, que contou com aumento de investimentos, a expansão do sistema nacional de pós-graduação e a melhoria da posição do Brasil na produção científica internacional. “Desde 2016 a gente vive uma realidade de museus e casas de ciência fechadas Brasil a fora, as universidades não têm dinheiro para fazer manutenção e até pagar conta de luz”, analisou à *Radis* a presidente da ANPG, uma das apoiadoras da Marcha pela Ciência no Brasil.

“Não é razoável que o governo contingencie quase metade do orçamento da ciência”, afirmou Tamara. Segundo ela, os cortes afetam a ciência e a educação nacional e não será retomar, mais à frente, as pesquisas científicas que estão sendo interrompidas. Segundo Leher, as previsões oficiais para 2017 e 2018 apontam que não haverá recursos novos para pesquisa, o que compromete investigações em áreas cruciais como arboviroses, energia, agricultura, saúde, educação e cultura. “A retomada não será simples”, afirmou.

A Marcha pela Ciência reuniu cientistas em mais de 600 cidades do mundo para defender a importância da ciência. Um dos objetivos é mostrar para as pessoas que as descobertas científicas fazem parte do dia a dia da população. Os participantes também pedem que as decisões tomadas pelos governos e que afetam diretamente a vida e o bem-estar humano sejam baseadas em evidências científicas e não em interesses econômicos ou preconceitos, como acontece em relação ao tema do aquecimento global.

Além dos cortes de verbas, os cientistas brasileiros apontam para os riscos de posições que podem “levar o país de volta para a Idade das Pedras”. Segundo a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, uma parte do Congresso Nacional ataca e questiona a ciência e defende o ensino do criacionismo nas escolas, o que se soma ao momento de cortes “violentos” no orçamento. “Sem financiamento, o Brasil vai ficar fora da sociedade do conhecimento”, afirmou durante a Marcha em São Paulo. (Leia mais sobre o tema na [pág. 35](#))

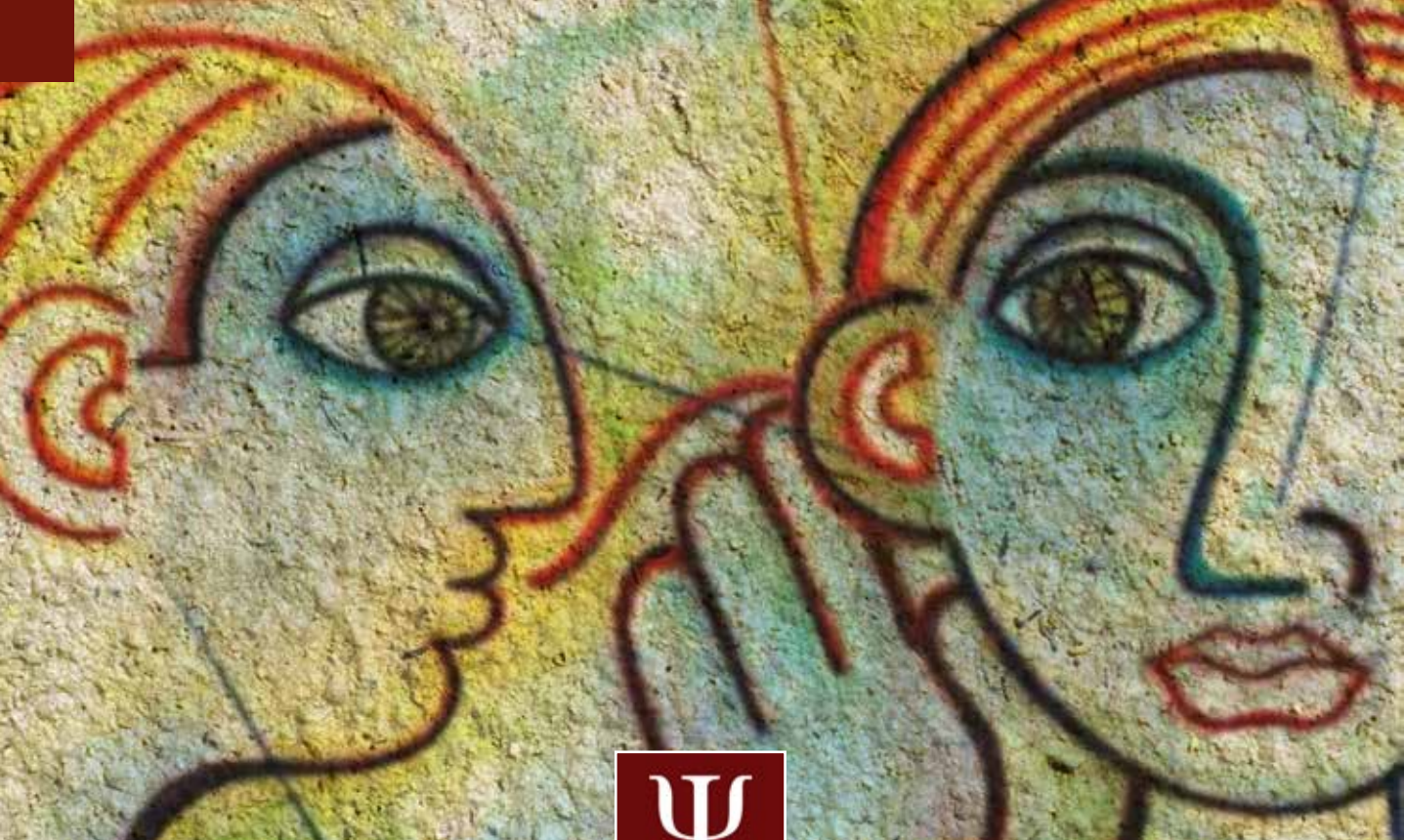


Mobilização da comunidade científica pede investimentos na ciência, que no Brasil terá pior orçamento dos últimos 12 anos



Em todo o mundo, manifestantes da Marcha pela Ciência se opõem a cortes, preconceitos e medidas autoritárias





ESCUTA QUALIFICADA

Psicólogos são essenciais na gestão do sistema e no acolhimento da subjetividade dos usuários

Elisa Batalha

A presença do profissional que trata dos estados e processos mentais, do comportamento do ser humano e de suas interações com o ambiente físico e social é hoje essencial para o funcionamento do Sistema Único de Saúde, que vem se consolidando como um importante campo de trabalho para os profissionais — de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde, há 64 mil psicólogos atendendo no SUS. “Nas origens históricas, nossa atuação tinha uma perspectiva de prática clínica privada. Com a construção do SUS, houve uma

transformação radical, que trouxe o profissional para o espaço público”, observou o integrante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Paulo José Aguiar Paulo, que já atuou como gestor de dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e atualmente leciona a disciplina “Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica”, na Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire). “O SUS popularizou a construção discursiva ‘vamos procurar um psicólogo’ e desconstruiu o mito de que terapia seria só para loucos”, esclareceu.

“Existe uma velha impressão de que o trabalho em saúde mental é feito apenas em consultório e está ligado à medicalização. Mas atuo em parceria com a comunidade, nas escolas, nas igrejas”, comenta a psicóloga Cristiane Magalhães, que

atualmente integra o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) em duas unidades básicas da zona oeste do Rio de Janeiro. Ela explica que desenvolve trabalho de matriciamento, que envolve atendimento do paciente compartilhado com outros profissionais, atendimento domiciliar e atividades externas. No ano passado, Cristiane desenvolveu o projeto Mexa-se, em parceria com um professor de dança, para grupos de adolescentes e da terceira idade. “A dança reforça a autoestima, ajuda a memória, a motricidade e a tomada de decisões”, indica.

Assuntos que ainda são tabu são levantados em momentos de campanhas e em encontro com mulheres, relata. “A violência doméstica é tão naturalizada que muitas vezes o agente comunitário, que tem contato com todos da comunidade, sequer identifica determinado caso como passível de intervenção”, conta ela, que sensibiliza outros profissionais da equipe nesse sentido.

CAMPO DE TRABALHO

O cuidado da saúde mental, respeitando a subjetividade de cada um, é a principal tarefa do psicólogo no SUS, explicou Paulo. Para ele, a popularização e desmistificação da profissão decorrentes da inserção do profissional no SUS foi benéfica e ampliou o campo de trabalho da categoria. Atualmente, atuam no país 291 mil profissionais, segundo os dados do relatório “A psicologia brasileira apresentada em números”, lançado em 2017 pelo CFP, que também revela que a profissão é majoritariamente feminina — 88% dos profissionais são mulheres.

Regulamentada no país pela Lei 4.119, em 1962, a formação do psicólogo o habilita a atuar nas áreas de psicologia escolar/educacional, psicologia organizacional e do trabalho, psicologia de trânsito, psicologia jurídica, psicologia do esporte, psicologia clínica, psicologia hospitalar, psicopedagogia, psicomotricidade, psicologia social e neuropsicologia.

Cruzando os dados do ministério com o total de psicólogos contabilizados pelo conselho, chega-se a estimativa de que 22% desses profissionais atuam no SUS. Muitos atuam na área de gestão. Paulo relatou que a “grande entrada” dos profissionais no SUS teve origem com a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial, nos anos 80 e 90, que se opunha à ideia de isolar os doentes e procurava preservar seus direitos e reestruturar a assistência em termos de liberdade e cidadania. Ele explica que o pano de fundo da psicologia é tentar compreender o sofrimento psíquico não apenas no âmbito individual. “Nossa principal ferramenta é a escuta. O sujeito não está ‘solto’, ele tem um contexto psicossocial, e o psicólogo precisa estar atento a isso. O sofrimento abarca as questões psicossociais”, analisa.

Ele considera que o SUS é um excelente campo de trabalho. “Incentivo sempre meus alunos, pela nossa realidade, a atuarem a partir da lógica do cuidado, não só com o intuito de curar, mas de enxergar o sujeito na sua integralidade”, explica. A publicação “Quem é a psicóloga brasileira”, resultado de pesquisa realizada pelo CFP em 2013, confirma que a área de Saúde é a que proporciona a maior renda para 45% dos psicólogos — apesar de não diferenciar a atuação no sistema público ou privado. As demais áreas aparecem com percentuais bem menores: 12% para a áreas organizacional, do trabalho, de recursos humanos e educação, e 10% para a assistência social. Segundo o levantamento realizado pelo Serviço Único de Assistência Social (Censo SUAS), em 2011, havia mais de 20 mil profissionais da Psicologia atuando no âmbito do sistema (Radis 138).

No SUS, a inserção da maioria dos profissionais se dá pela atenção básica, com atuação nas equipes multiprofissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e dos Nasfs. “Na atenção básica, vemos exemplos de casos como uma senhora que não

cuida da sua diabetes, ou de adolescentes com muitas dúvidas sobre o início da vida sexual”, exemplifica a psicóloga Mônica Swinerd, do Instituto Nacional do Câncer (Inca). “Um problema de saúde às vezes revela questões de moradia, problemas sociais”, conta Mônica, que atua no SUS desde 1995 e já passou por ambulatórios e hospitais psiquiátricos.

Cristiane atua também na rede privada. A diferença, para ela, é que a demanda no SUS é mais alta. A efetividade, na sua experiência, é grande: “Dependendo do acolhimento, um encontro é um divisor de águas para a vida da pessoa, pode evitar a estigmatização que envolve uma certa forma de tratamento de transtornos mentais”.

SUBJETIVIDADE E REDE

“A psicologia é chamada a intervir na subjetividade de cada um. Cada pessoa vai adoecer e passar pelas suas questões com os seus recursos e suas ferramentas próprias”, explica a psicóloga, destacando o papel importante que desempenham os profissionais em hospitais. Ela lembra de casos como o de pacientes que, de repente, recebem diagnóstico de leucemia aguda, o que exige uma internação prolongada. “A pessoa apresenta suas questões, como ‘se eu não trabalhar por 30 dias, por ficar internado, como vou sustentar minha família, quem vai ficar com meus filhos?’”, relata a profissional, que coordena um dos módulos da Residência Multiprofissional em Oncologia do Inca.

“É muito importante que os pacientes possam lidar com as suas questões durante todas as fases do tratamento do câncer, que algumas vezes inclui cirurgia, quimioterapia e pode levar a limitações. Depois há a fase do controle ou dos cuidados paliativos. Estamos falando de escolhas por tratamentos e casos que, algumas vezes, levam a mudanças radicais. A pessoa que adoecer por câncer é uma pessoa que tem uma vida, uma história. Não é só um órgão que adoecer”, adverte a psicóloga. Mônica explica que também há necessidade de atendimento psicológico para pacientes que acabaram de receber diagnóstico, assim como suas famílias. “Não pode ser um trabalho frio, de dar um parecer”, orienta. Ela conta o caso de um paciente que precisava fazer uma ressonância [*exame em que o paciente precisa entrar em um aparelho estreito em forma de tubo*], mas já havia passado por uma situação de desabamento. “Ele tinha um trauma não superado. Fez toda diferença o profissional ser chamado e conseguir intervir”, exemplificou, lembrando que é muito importante a visão de equipe para este tipo de cuidado. A organização do atendimento em rede é outra ferramenta com a qual Mônica conta no seu dia a dia. “Uma paciente minha sofre de leucemia e está internada aqui no hospital. O filho dela está muito vulnerabilizado. Fiz contato com a psicóloga da área onde ele mora para que ele também pudesse ser atendido na sua região”, relatou.

MODELO DESCENTRALIZADO

Mônica ressalta que o modelo de saúde mental perseguido hoje no SUS não é centrado no hospital — visto apenas como mais um dos dispositivos a serviço do cuidado. Neste contexto, outro espaço onde o profissional de psicologia é figura central são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço comunitário ambulatorial cuja função é assegurar o cuidado de pessoas em sofrimento psíquico grave, em especial os transtornos severos e persistentes, em seu próprio território.

“A grande sacada da saúde mental é a descentralização da figura do médico e do hospital, e a criação de um lugar de referência para o paciente, onde se trabalha com a chamada clínica



Psicóloga Cristiane Magalhães:
“Existe uma velha impressão de que o trabalho em saúde mental é feito apenas em consultório, mas no SUS atuo com a comunidade”


FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

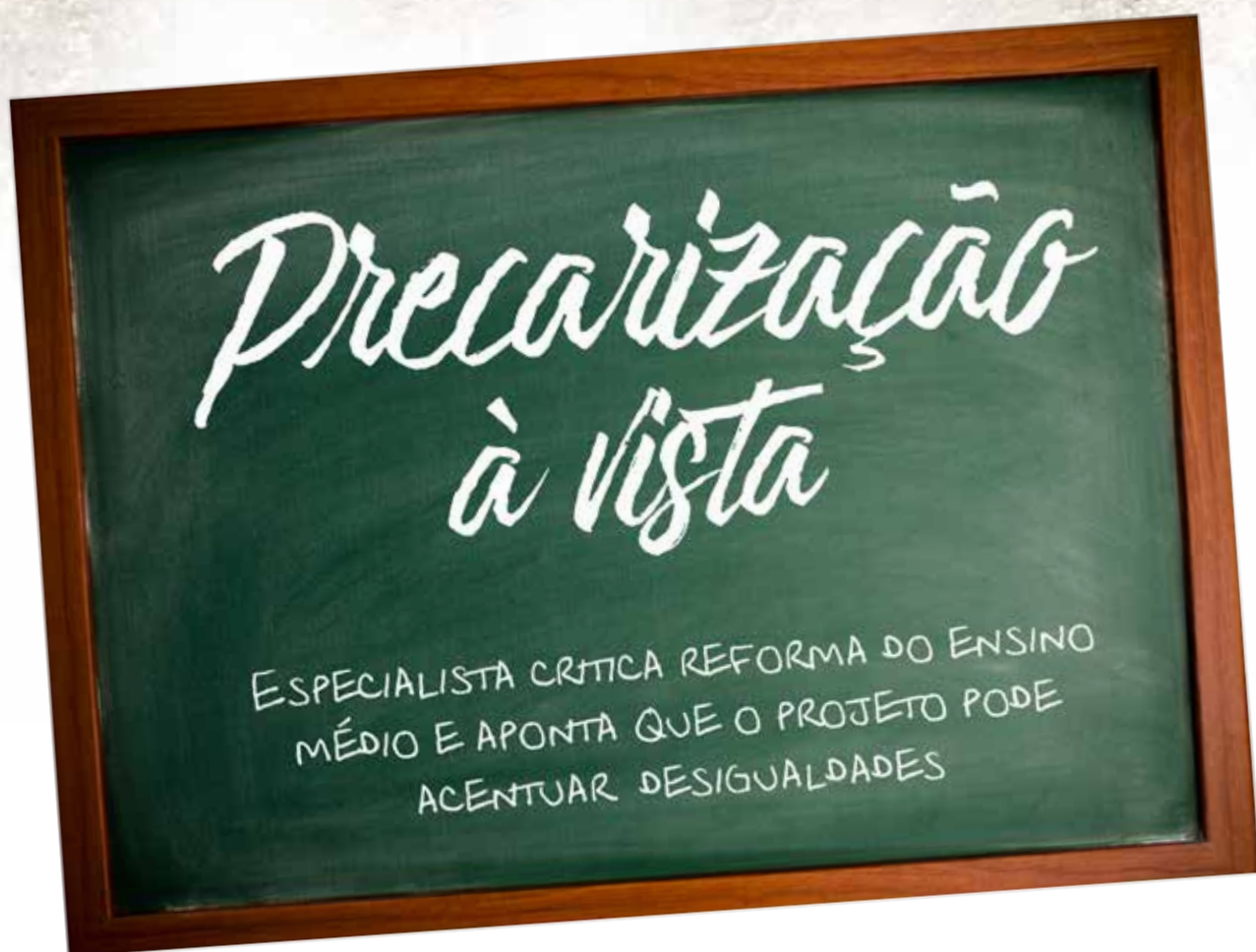
ampliada, com o cuidado integral”, acredita Mônica. Ela explica que, no caso dos CAPS, normalmente é o Agente Comunitário de Saúde que identifica a demanda do paciente. “É um trabalho em rede e territorializado”, complementa. Mônica conhece bem o funcionamento dos CAPS, já que acompanha o serviço desde a sua implantação no Rio de Janeiro, em 1996. “Hoje, o psicólogo é muito demandado. Os sintomas refletem muito a situação de violência que a pessoa vive, isso é um dado com o qual a gente se depara na clínica de um modo geral”, constata.

“O profissional tem que estar preparado para as questões das diferentes realidades com que vai se deparar”, recomenda Paulo. Ele ressalta que a população atendida nos CAPS muitas vezes vive situações de vulnerabilidade. “A realidade do adolescente que está próximo à região do tráfico de drogas nos grandes centros urbanos é um desafio para os profissionais”, alerta ele, para chamar atenção para a importância dos contextos dos usuários. “Não existe só uma adolescência, são adolescências”, exemplifica, lembrando que há diferentes vivências desta fase da vida.

Mônica, por outro lado, lembra que a atuação nos CAPS é desafiante, já que a demanda é grande e as condições de trabalho nem sempre são ideais. “Quando as pessoas adoecem, isso é só a ponta do iceberg, o que revela toda uma situação de vida. As pessoas que muitas vezes estão em situação de rua têm a família desestruturada. É sempre muito singular. É importante acolher para escutar”, relata. Os CAPS também promovem ações de orientação e cuidado com as famílias dos usuários e têm projetos de inserção social, que respeitam possibilidades individuais e os princípios de cidadania, e tentam minimizar estigmas e promover a qualidade de vida. Para isso, o papel dos psicólogos é determinante, especialmente no apoio às equipes da Estratégia Saúde da Família em cuidados com quem vive sofrimento mental e suas famílias — além de idosos, usuários de álcool e outras drogas, crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência e demais grupos vulneráveis.

Segundo a definição do Conselho Federal de Psicologia, os profissionais podem atuar em nível individual, grupal, social ou institucional, o que implica em uma variada gama de dispositivos clínicos já consagrados ou a serem desenvolvidos, tanto em perspectiva preventiva, como de diagnóstico ou curativa. Sua atuação busca contribuir para a promoção de mudanças e transformações, visando o benefício de sujeitos, grupos, situações, bem como a prevenção de dificuldades. Mônica explica que cada indivíduo enfrenta o adoecimento físico e mental com seus próprios recursos e ferramentas da sua subjetividade, cabendo ao profissional acolher o que expressa o paciente. Ela cita como exemplo de um destes recursos a religião. “A psicologia é uma profissão do Estado laico. Sempre respeitamos as decisões dos pacientes. Acolhemos a religião como parte da subjetividade do paciente, quando ele a tem. Acolher é diferente de tratar. Não aconselhamos o paciente a ter uma religião e nem tratamos a religião como um problema”, explica a psicóloga. Sobre o assunto, Paulo demonstra preocupação em relação à demarcação clara do campo da prática terapêutica. “Há uma invasão da prática religiosa nos espaços de tratamento”, critica ele, para quem esse tipo de prática não se preocupa com o tratamento, mas sim com o recurso público.

O conselheiro considera que o profissional de psicologia que atua no SUS se vê diante de uma “convocação de posicionamento” em defesa das políticas públicas. Para ele, a psicologia esteve nos últimos tempos “adormecida nesse campo da política”, mas relatou que uma das reivindicações da categoria neste momento é a jornada de 30 horas semanais sem redução de salário — cujo projeto foi vetado na Câmara, em 2015. “Hoje a coordenação de Saúde Mental em âmbito nacional está nas mãos de uma figura ligada a uma visão manicomial e de hospitalização. É um momento bem difícil de ameaça de retrocesso depois de muitas conquistas”, lamentou, reafirmando o papel do psicólogo como fundamental para o SUS. “Não é possível retroceder”, criticou. 



Liseane Morosini

Sancionada em fevereiro por meio de uma medida provisória, a reforma do ensino médio proposta pelo governo foi alvo de críticas do sociólogo Manuel Palácios da Cunha Melo, professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), durante a palestra “Perspectivas e desafios da educação no Brasil – Cortes + Escolas”, que abriu o ano letivo de 2017 da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), no dia 17 de março.

Coordenador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF e ex-secretário de Educação Básica do Ministério da Educação entre 2015 e 2016, Manuel Palácios entende que, por se tratar de uma política pública, a reforma deveria ter resultado de um entendimento mais amplo. “Não é razoável forçar uma deliberação por meio de uma MP. Essa reforma atalhou todo o debate que já vinha sendo efetuado por educadores e profissionais ligados à educação”, criticou. Por ter sido conduzida dessa maneira, sustenta ele, a MP é rejeitada por vários segmentos. “Não conheço quem defenda a reforma da maneira como ela foi feita. Nem mesmo defensores de alguns de seus principais pontos concordam como ela foi proposta e encaminhada”, salientou.

A reforma aprovada determina que apenas português, inglês e matemática serão disciplinas obrigatórias; as outras matérias passam a ser optativas para o aluno, de acordo com o que oferecerá a escola. O estudante deverá escolher cursar uma das cinco áreas de ênfase (também chamadas de trilhas de formação):

Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, e Formação técnica e profissional. Manuel critica o modelo proposto e também a opção pela escola em tempo integral que, segundo ele, pode levar a uma formação ainda mais precária e de baixa qualidade. “Creio que esse percurso deverá ter algum tipo de regulação estadual para garantir bons critérios que deem acesso à certificação e também para definir como se dará a combinação da educação profissional com o ensino regular. O objetivo tem de ser o de criar cursos técnicos integrados à formação geral que sejam de qualidade”, recomenda.

Para o professor, qualquer proposta de mudança deveria ter levado em conta a discussão sobre a Base Nacional Curricular no Ensino Médio [homologada em 6/4/2017 – veja quadro] e a Base Tecnológica Nacional [em elaboração] para definir quais seriam as referências curriculares do ensino técnico, a organização do ensino médio e a oferta de formação profissional. “Primeiro definiram as ‘trilhas’ sem dizer antes qual a base que vai ser comum a todos. Colocaram período integral sem apontar de onde virá o financiamento”, aponta. “A reforma sancionada pelo governo contém muitas indefinições. E isso prejudica o projeto como um todo”, afirmou. Segundo ele, uma discussão “mais amadurecida” certamente iria resultar em uma proposta mais definida e com objetivos mais claros.

Manuel disse temer que, na prática, a reforma venha acentuar desigualdades no direito à educação. “É enorme a distância que separa diferentes estratos da população das oportunidades de aprender. É um risco enorme. Se o projeto não contemplar tantas diferenças, pode aprofundar e sacramentar as desigualdades regionais já existentes e ficar muito longe de um padrão equitativo”, avaliou. Ele também declarou acreditar que a reforma deve enfrentar dificuldades em sua implementação, resultado de sua elaboração “a toque de caixa” e imposta “de cima para baixo”. Para o pesquisador, o projeto não levou em conta o papel dos estados para sua concretização. “A lei em si pouco ou nada resolve e vai produzir pouco efeito. Quem vai dar vida ao projeto são os estados”, alertou, em conversa com a reportagem de *Radis*.

MAIS INVESTIMENTO

Manuel Palácios acredita que é preciso investir ainda mais em educação. Por isso, não economizou palavras ao fazer referência à Proposta de Emenda Constitucional 55/2016, aprovada em 13 de dezembro de 2016, que vai limitar por 20 anos os gastos públicos. “Considero uma medida bizarra constitucionalizar o orçamento, sob qualquer ângulo



A reforma aprovada determina que apenas português, inglês e matemática serão disciplinas obrigatórias; as outras matérias, incluindo história, passarão a ser optativas

que se olhe”, disse, comentando sobre proposta que vai promover uma redução significativa no gasto público com educação e saúde.

Além disso, ele apresentou números que demonstram o tamanho do desafio na busca de uma formação de qualidade no país. Ao considerar as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), que estrutura compromissos para serem atingidos até 2024, Manuel disse que, na média, o país superou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015 nas séries iniciais do ensino fundamental. Do primeiro ao quinto ano, o país alcançou índice de 5,5 e ficou acima da meta estabelecida de 5,2. “O Brasil avançou na etapa inicial do ensino fundamental e deve superar a meta prevista pelo MEC para 2021”, disse.

Por outro lado, nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio as metas nacionais do Ideb não foram alcançadas, apontou o professor. Ele mostrou que, do sexto ao nono ano, a meta, que era de 4,7, ficou em 4,5. Também revelou que, no ensino médio, o índice foi de 3,7 (abaixo da meta pretendida, que era 4,3). “Mas o país não vai bem nas etapas seguintes. Nos anos finais do fundamental (6º ao 9º ano), o ensino avança devagar e deve bater a meta, no atual ritmo, apenas em 2027, com seis anos de atraso”, afirmou.

De acordo com Manuel, como há no Brasil um alto índice de abandono de alunos no ensino médio, é preciso encontrar um caminho para que a formação profissional qualifique esses alunos para o mercado de trabalho. “A não alfabetização de crianças é uma chaga enorme. A média brasileira é de 20% de estudantes que chegam ao 3º ano do ensino básico analfabetas”, revela. Segundo ele, esse quadro prejudica o percurso escolar e leva a um alto índice de evasão: 38% da população brasileira não conclui o ensino médio e apenas 12% dos alunos chegam ao ensino superior. “O ensino fundamental torna o ensino médio muito penoso para o estudante. Ele acaba por deixar a escola. É por isso que eu entendo que um quadro dessa magnitude não será alterado apenas por meio de uma lei”, sintetizou.

Para o professor, é preciso pensar em outras estratégias que resolvam o problema e ampliar o debate sobre o assunto. “A gente acha que o problema está no ensino médio, mas ele está no fundamental. Ou o país consegue alfabetizar as crianças até o 3º ano ou o jogo está perdido, porque a escola vai ter uma enorme dificuldade para reverter esses quadros não desejados”, avaliou.

Base curricular sem legitimidade

A terceira versão da proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE), no início de abril, foi duramente criticada por ativistas e pesquisadores da educação. O documento estabelece 10 competências gerais e os objetivos de aprendizagem do ensino infantil e fundamental, a fim de padronizar os currículos escolares. Em artigo publicado no *Nexo Jornal* (11/4), Salomão Ximenes e Fernando Cássio, professores da Universidade Federal do ABC, de São Paulo, afirmaram que a proposta inverte o sentido de uma educação pública ao contrapor “direitos de aprendizagem” versus “direito à educação”, abandona o Plano Nacional de Educação (PNE), seus mecanismos de financiamento e qualificação das escolas, e ignora a proposta de criação do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Os pesquisadores apontaram que a mudança é resultado de pressão dos movimentos empresariais, representados pelo Movimento pela Base Nacional Comum que, segundo eles defende “uma concepção reducionista que descaracteriza o direito à educação”. Além disso, Salomão e Fernando denunciaram que, ao ignorar anos de discussões nas Conferências Nacionais de Educação, o governo solapou “uma longa história de participação democrática nas agendas educacionais brasileiras, que desaguou na elaboração do PNE e na proposição do SNE”. Por isso, entendem que a base curricular “nasce em falso, parcial, sem condições institucionais de implementação e sem legitimidade capaz de lhe assegurar a adesão genuína de educadores e gestores”.

Apesar de toda alteração de rota que será promovida pela BNCC, o destaque maior dado pela imprensa recaiu no fato de, sem nenhuma consulta ou alarde, o MEC ter excluído as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” do documento. O ministério alegou que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias” — justificativa que foi alvo de críticas do site *Alerta Social* (7/7), que registrou: “Para a pasta que orienta a educação do país, o aprendizado sobre as questões de igualdade de gênero e orientação sexual não passam de redundâncias”.

Secretário de Educação do Ceará e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Idilvan Alencar considerou que a exclusão dos termos “mascara” uma situação real presente na escola. À Agência Brasil (6/7), ele manifestou sua preocupação com a supressão dos termos. “Uma das causas do abandono é a homofobia. Quando se retira isso da BNCC, afasta-se do mundo real, é muito grave”, advertiu. Já Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, recomendou que a BNCC deve se adequar à Constituição Federal, que define que todos têm que ser iguais perante a lei. “A escola tem missão de garantir que na sociedade todos respeitem todas as formas de identidade. Não colocar essa questão na BNCC significa que não vão refletir sobre um país que é machista, misógino, homofóbico. É um recuo grave”, reprovou.

Em matéria sobre o assunto, *O Globo* (7/4) registrou que a supressão ocorreu por força da pressão da bancada evangélica, informando que o presidente Temer teria recebido deputados no dia da entrega do documento. Segundo o jornal, os mesmos deputados haviam se encontrado anteriormente com o ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), e com a secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, além do corpo técnico responsável por elaborar a BNCC. (L.M.)

O MARTÍRIO DOS GUARANI-KAIOWÁ

Documentário é testemunho comovente sobre a luta dos índios para retomar suas terras no Mato Grosso do Sul

Ana Cláudia Peres

No dicionário, “martírio” quer dizer sacrifício, sofrimento, tortura. No cinema, também. “Martírio”, filme de Vincent Carelli, é a história de uma dor sem fim — a saga dos Guarani-Kaiowá na luta pela reconquista de seu território sagrado (*tekohá*, em língua nativa). Hoje, com uma população estimada em cerca de 40 mil índios, eles habitam pequenas fatias de terra no Mato Grosso do Sul e resistem como podem às ofensivas dos fazendeiros e do agronegócio. Mas o documentário é, ao mesmo tempo, um testemunho afetivo e vigoroso do diretor, cineasta e indigenista que há pelo menos três décadas tem a sua vida entrelaçada a desses povos. Talvez por isso assistir a “Martírio” no cinema seja tão comovente. Talvez seja mesmo uma experiência necessária em tempos atuais.

No primeiro encontro com os Guarani-Kaiowá — numa reunião “às surdas”, como diz logo nas primeiras cenas de “Martírio” —, Carelli não entendia uma só palavra da língua ainda hoje falada pela etnia. A despeito disso, eles se escutam. Trinta anos depois, ao comentar o filme

com *Radis*, o diretor destaca que o caso dos Guarani-Kaiowá é o mais dramático da realidade brasileira. “Uma história realmente única, de resistência extrema. Não tem como presenciar tamanha violência e não reagir ou tentar contribuir de alguma maneira pra aliviar esse sofrimento”. Ao assumir isso, Carelli faz do filme um libelo.

É a voz do diretor quem conduz o espectador por seu percurso de fôlego — são quase três horas reconstituindo a memória dos despejos feitos pelos homens brancos, uma história que remonta à Guerra do Paraguai; às artimanhas do marechal Rondon e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no início do século passado; à exploração da mão de obra barata na Era Vargas; à criação de uma impen-sável “Guarda Rural Indígena” durante o Regime Militar. Nesse trajeto, Carelli vale-se de uma série de imagens de arquivo e de material exibido nas TVs, além de vastíssima pesquisa histórica. Mas são os encontros do diretor com os Guarani-Kaiowá, registrados por ele e sua equipe ao longo dos últimos anos acompanhando o processo de retomada das terras pelos índios, que fazem de “Martírio” uma documentário singular.




ENCONTROS

Cada entrevista ou conversa informal é um convite para que o espectador tome partido. Há o jovem guarani que abre passagem pela mata à caça das sepulturas de seus irmãos mortos. A cacique Damiana acampada há mais de 12 anos na beira da estrada. O velho indígena que aparece sorridente após ocupar a sede da fazenda erguida na terra indígena. O grupo de índios que dá a sua versão para a história de um vídeo exibido em Brasília em que um jagunço é executado. A câmera que rastreia os buracos de balas disparados por serviços de segurança privada contra os índios. Toda essa intimidade afeta cineasta e espectadores. Em determinado momento, Carelli revela ter chorado de emoção na estrada, durante as filmagens, por lembrar do “carinho com que (os Guarani-kaiowá) tratam seus aliados”.

“A história oficial aprendida na escola é a dos vencedores. Enquanto isso, os vencidos, que estão ali reclamando reparações, seguem com sua história desconhecida”, justifica Carelli. Mas além da questão indígena, “Martírio” também faz um panorama da conjuntura política atual ao exibir sem piedade as disputas em jogo em Brasília. “Acho que o filme é um pouco um retrato do nosso Congresso Nacional. Porque o lobby ruralista é parte integrante

desse golpe”, diz à *Radis*. Estão no documentário muitos trechos dos debates acalorados — e *nonsense* — de deputados, ministros e senadores em torno da PEC 215, em tramitação na Câmara, que altera a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil.

Muitas tomadas de “Martírio” foram gravadas pelos próprios Guarani-Kaiowá, a exemplo das imagens inéditas da já épica ocupação do plenário da Câmara pelos índios, em abril de 2013. Os registros são de Kamikia Kisedje, que foi aluno do projeto Vídeo nas Aldeias, idealizado por Carelli em 1997, que desde então tem levado oficinas de formação em audiovisual para diferentes etnias. “Martírio” é o segundo filme de uma trilogia assinada pelo cineasta. Primeiro veio “Corumbiara”, de 2009. O próximo, “Adeus, Capitão”, está em fase de desenvolvimento. “Os índios que não sucumbiram ao holocausto indígena brasileiro ainda estão sofrendo as consequências desse processo histórico”, afirma. “Eles pedem reparação e isso precisa ser levado em conta. Principalmente porque o Estado brasileiro, em última instância, é o responsável pela titulação das terras desses índios. Então, cabe ao Estado essa reparação”. Desde que estreou, em abril, “Martírio” tenta jogar novas luzes sobre o assunto. 

SAIBA MAIS

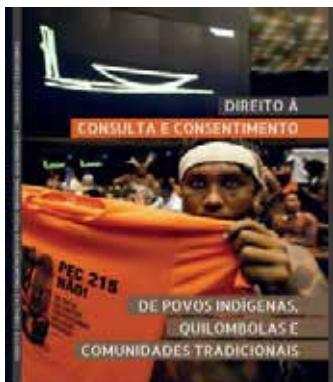
Assista ao trailer

<https://goo.gl/Ydtpj8>

PUBLICAÇÕES

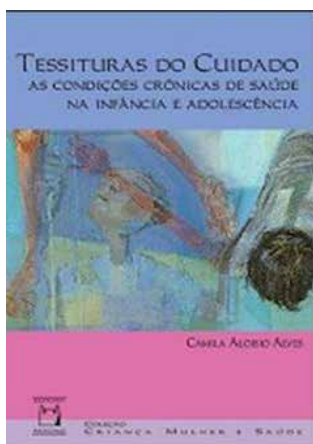
Direito indígena

Editada em 2016 pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA) e a organização internacional Fundação para o Devido Processo (Due Process of Law Foundation – DPLF), a publicação ***Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais*** visa contribuir para a garantia destas populações na tomada de decisões do Estado que os afetam diretamente — direito assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. O livro demonstra que o direito é continuamente violado no Brasil pelos poderes Executivo e Legislativo e também encontra sérios obstáculos no poder Judiciário e está disponível gratuitamente no link <https://goo.gl/HLwXsS>



Infância e adolescência

Partindo de uma visão interdisciplinar que engloba clínica médica, ciências sociais e humanas, ciências básicas e saúde coletiva, o mais recente livro da coleção Criança, mulher e saúde, da Editora Fiocruz — ***Tessituras do cuidado: as condições crônicas de saúde na infância e adolescência*** —, escrito por Camila Aloisio Alves, sugere caminhos para os profissionais de saúde abordarem o sofrimento e a doença nestas fases da vida. A autora defende que é preciso construir uma rede de cuidados com as diferentes pessoas que convivem com crianças e adolescentes, a partir de pesquisas feitas em unidades de assistência à saúde.



Análise da clínica

A relação e o estudo da clínica, os espaços institucionais, os gestos, os olhares, a demarcação dos corpos e lugares, os sentidos e significados, as relações subjetivas e objetivas, são objeto de reflexão e de sugestivas observações da autora, comentou o sanitarista Paulo Amarante sobre o livro ***Sofrimento psíquico à margem do SUS: vastidão e confinamento na clínica***, da psicóloga Teresa Cristina Endo. Publicada pela Zagodoni Editora, a obra apresenta uma abordagem que visa orientar as práticas clínicas, permitindo uma reflexão analítica mais ampla de fundamentos e pressupostos básicos.



Inquérito em saúde

Conhecer a situação de saúde de uma população é imprescindível para o planejamento adequado das ações voltadas para a prevenção e o cuidado, alertam Marília Sá Carvalho, Amanda de Carvalho Mello, Renata dos Santos Rabello e Claudia Risso de Araujo Lima, em ***Inquérito de saúde na esfera local: colocando em prática***, lançado pela Editora Fiocruz. O livro apresenta, em linguagem clara, as etapas de uma pesquisa com foco em comunidades urbanas de baixa renda, orienta sobre a metodologia para execução e sugere soluções para enfrentar problemas enfrentados na condução deste tipo de pesquisa.



EVENTOS

14º Fórum Internacional em Saúde

Organizado pelo programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Acre (Ufac), o evento discutirá a situação de adultos e idosos e a interface com os acidentes de trânsito, e acontecerá ao mesmo tempo em que o 4º Fórum de Saúde Coletiva do Estado do Acre. Trabalhos científicos devem ser submetidos até 30 de agosto.

Data 27 a 29 de setembro
Local Cruzeiro do Sul, Acre
Info <https://goo.gl/1naSJ9>

1º Simpósio Nacional de Saúde Única

Encontro, promovido por Instituto de Ciências Biológicas e Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), busca aprofundar o debate da saúde única (One Health) no Brasil. A expressão "One Health" foi proposta para promover a colaboração interdisciplinar, considerando as interfaces da saúde humana, animal e o contexto ambiental.

Data 8 a 10 de junho
Local Belo Horizonte, MG
Info goo.gl/yL9pj4

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA?

Carlos Fidelis Ponte

Recentemente a revista *Nature* chamou a atenção para a crise que atinge os investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. De acordo com Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, os cortes no setor foram muito drásticos e comprometem a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico nas próximas décadas. “Se estivéssemos em guerra, poderíamos pensar que essa era uma estratégia de uma potência estrangeira para destruir nosso país. Mas, em vez disso, somos nós fazendo isso contra nós mesmos”, observou.

É comum em parte da nossa elite a defesa da iniciativa privada como a única capaz de gerar o desenvolvimento científico e tecnológico almejado pelo país. Também é comum a privatização de empreendimentos de êxito, como a Embraer. Sob o argumento que esta é a prática nas economias mais pujantes do mundo, a linha de pensamento dominante exige dos produtores públicos capacidade de competir com grandes grupos já estabelecidos. Nessa lógica, privatização ou liquidação acompanham os casos de sucesso ou de fracasso.

Entretanto, um olhar mais abrangente e menos comprometido indica que no primeiro mundo, embora a iniciativa privada se responsabilize por uma grande parcela do financiamento de pesquisa e tecnologia, o desenvolvimento científico e tecnológico não prescinde de forte participação direta ou indireta do Estado. Produção estatal, financiamento, compras, subsídios, legislação, acordos internacionais, protecionismo e pressão em fóruns internacionais são largamente empregados pelas potências mundiais na promoção e na defesa de suas indústrias e de seus parques científicos e tecnológicos. Se esta participação se mostra fundamental nas potências industrializadas, o que dizer de tal necessidade nos países de industrialização tardia? Tanto em um caso como em outro a participação do Estado não pode ser descartada sob pena de expor o esforço local à voracidade da concorrência externa de empresas que, além de extremamente vigorosas, são apoiadas, mesmo que de forma enviesada, por seus respectivos governos.

Em nosso caso, as indústrias nacionais ou as estrangeiras aqui instaladas não vão muito além de produzir bens licenciados concebidos pelas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de grupos estrangeiros. Não obstante alguns casos de sucesso como a Embrapa, ainda é bastante reduzida, entre nós, a cooperação efetiva entre o mundo empresarial e o mundo acadêmico. Por outro lado, como boa parte das empresas trabalha com produtos projetados e desenvolvidos fora do país, são raros, e ainda muito incipientes, os setores de P&D no parque industrial brasileiro. Em consequência também é incipiente a agregação de valor aqui realizada. Constata-se também que não há como a iniciativa privada arcar sozinha com os riscos

de um empreendimento nacional que não passe pelo circuito do licenciamento.

Nessas circunstâncias, sem a participação do Estado, a pesquisa científica não encontra no país um mercado preparado para absorver o conhecimento por ela produzido não lhe restando outro caminho que não a formação de quadros e a produção de artigos muitas vezes aproveitados somente pelos grandes conglomerados estrangeiros. A instituição científica perde assim, uma grande fonte de recursos financeiros e boa parte da retroalimentação possibilitada pelas etapas de desenvolvimento, produção e uso do produto. Produto concebido a partir da pesquisa por ela realizada. Gradativamente esvazia-se o seu papel social e as suas possibilidades de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e a formação de um mercado interno forte. Gradualmente a instituição perde prestígio e a sua razão de existir. Consolida-se então uma total dependência científica e tecnológica e reduz-se drasticamente a competitividade nacional, comprometendo gravemente o futuro do país.

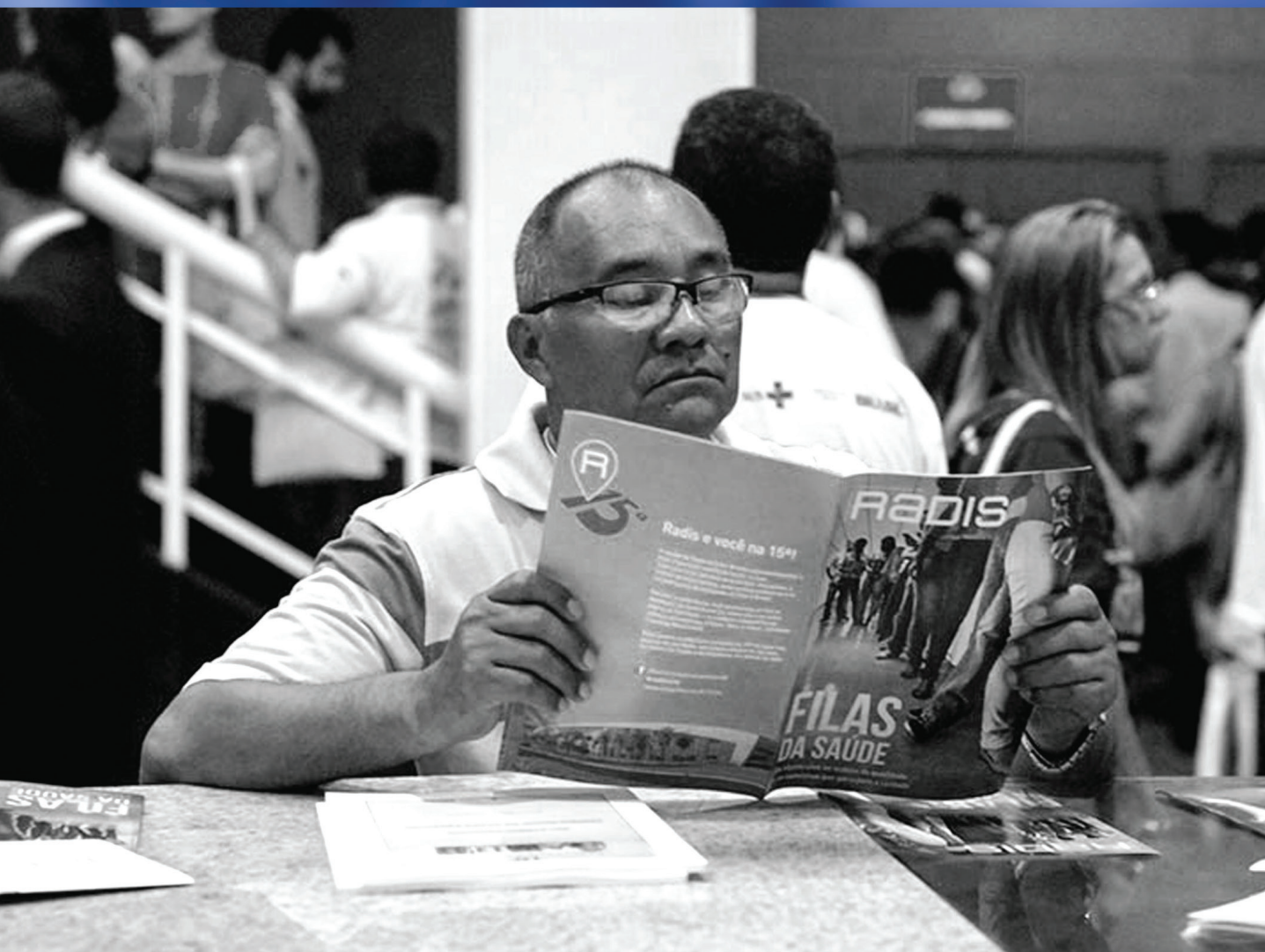
Nesse território marcado pela crescente articulação da atividade científica com a produção voltada para o mercado e pela forte concorrência entre governos e entre grupos empresariais, a adoção de políticas que articulem o atendimento das demandas sociais ao desenvolvimento científico e tecnológico tem um importante papel a desempenhar. Um bom exemplo de integração virtuosa entre as esferas mencionadas pode ser observado no complexo industrial e econômico da saúde. Estamos falando de um setor estratégico que congrega elevado grau de significação social; geração de empregos; dinamismo econômico; conhecimentos de ponta e alta tecnologia com capacidade de repercussão positiva em inúmeros campos de atividades para além da órbita da saúde. Estamos nos referindo também, a um imenso mercado representado pelo Sistema Único de Saúde, em que o poder de compra do Estado pode ser mobilizado para ampliar a transferência de tecnologias, incentivar a industrialização nacional e promover outros setores ligados ao fornecimento de matérias primas e insumos, bem como ao provimento de serviços.

A falta de investimento estatal e a concorrência com grandes grupos empresariais têm dificultado a alavancagem de processos de industrialização voltados para a produção de insumos e defensivos na área da saúde, bem como inviabilizado iniciativas importantes destinadas a promover o acesso a medicamentos, vacinas e outros itens cruciais à manutenção e promoção da saúde das populações. É preciso, portanto, lembrar atribuições precípuas do Estado: a defesa da sociedade e da soberania nacional. É preciso afirmar a melhoria das condições de vida das populações como diretriz e objetivo final do desenvolvimento. É preciso que desenvolvimento econômico caminhe junto do desenvolvimento humano.



Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Observatório de História e Saúde

LEITOR CRÍTICO FAZ BEM À SAÚDE



RADIS quer ouvir você

Seus comentários, críticas
e sugestões de pauta
são sempre bem-vindos

www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude

www.ensp.fiocruz.br/radis